

Tribuna Operária da Luta

ANO V - Nº 177 - DE 23 A 29 DE JULHO DE 1984

Cr\$ 400,00

Amadurece confronto TANCREDO X MALUF



Grevistas enfrentam a polícia numa manifestação em Orgreave

Greves operárias acuum poder conservador inglês

Mineiros do carvão, e agora também portuários, empenham-se numa prova de força contra o governo da "Dama de Ferro".

Pág. 2

Enquanto Paulo Maluf se impõe como o candidato do continuísmo, a oposição cerra fileiras para derrotar o regime e eleger Tancredo Neves. Em Alagoas, Convenção Democrática e Popular com 2 mil pre-

sentes apóia a candidatura única oposicionista. Bahia também convoca sua Convenção. Em Brasília a direção do PMDB marca o lançamento oficial.

Página 3

Figueiredo leva vaia de 3 mil populares na capital baiana

General-presidente fez cara feia e caiu fora, enquanto a Polícia entrava em cena. Pág. 4

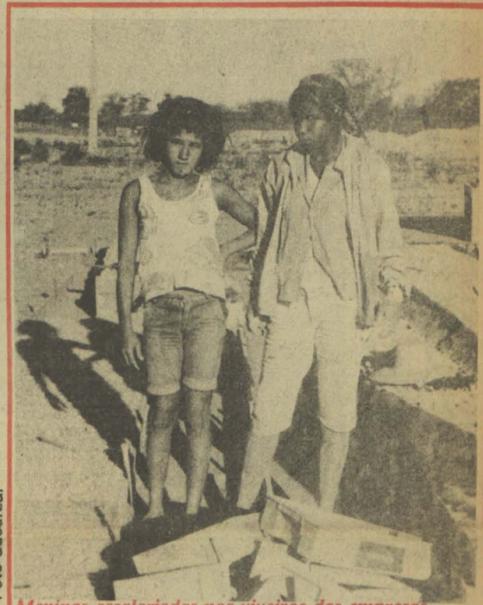


Foto Sucursal

Meninas assalariadas nos viveiros das empresas

Crianças mexem com tóxicos por Cr\$ 1.500 diários

Empresas reflorestadoras de Correntina grilam terras e exploram menores de até 6 anos. Pág. 10

EDITORIAL

Força decisiva

A vizinha-se o desfecho da disputa sucessória. Figueiredo vai esgotando seu estoque de trapaças e manobras para reunificar os cacos do PDS e sabotar a unidade das oposições em torno de um candidato. Delineiam-se com mais clareza os campos em confronto. De um lado, o amplo bloco oposicionista, engrossado com a Frente Liberal, e de outro, isolada, a atual "Gang do Planalto", empedernida na ingloria tarefa de manter o monopólio do poder nas mãos dos generais.

Mas esta composição política não é suficiente para se considerar o processo como terminado. Dos golpistas de 1964, que nestes 20 anos não vacilaram em prender, torturar e assassinar patriotas e democratas, que recorreram à mais desavergonhada corrupção, não se pode esperar que larguem facilmente as mordomias principescas que gozam no Planalto. Ainda vão apelar para todas as sujeiras que puderem. E não é de se descartar a hipótese de que tentem provocações diversas para justificar medidas de força.

Do ponto de vista das oposições, ainda se impõe a tarefa de esclarecer os equivocados, e desmascarar os oportunistas, que teimam até agora em criar obstáculos à unidade de todos os que se interessam no combate ao regime militar. Mas neste imenso movimento democrático que vai se consolidando, a grande questão, mais urgente do que nunca, continua sendo traduzir em organização independente das massas populares o descontentamento e mobilização de milhões e milhões que se expressaram nos comícios e que se evidencia em cada conversa nas fábricas, nas ruas, nos transportes, em todos os cantos do país. O povo é a força decisiva.

A grande frente oposicionista que se forma em torno do candidato único terá fôlego reduzido se ficar apenas nos acertos de cú-

pula. É a ação concreta das grandes massas que lhe dará vigor e substância. Se a batalha sucessória ficar restrita aos segmentos das classes dominantes em choque, seu alcance do ponto de vista da democracia será muito reduzido. Urge que o povo ocupe o seu lugar para que se assegure de fato a construção de um novo Brasil, livre, independente e progressista.

Tem portanto imenso significado a Convenção Popular e Democrática já realizada em Alagoas, aprovando o lançamento de Tancredo Neves como candidato das oposições e pontos mínimos que devem orientar o seu programa de governo. O mesmo se pode dizer da reunião com conteúdo semelhante convocada por cerca de 150 lideranças populares da Bahia; e de outras iniciativas que por todo lado vão sendo tomadas neste sentido.

Estas convenções populares, e uma vibrante campanha de massas nas ruas de todo o país, com todas as condições para superar o que já se realizou na campanha das diretas-já, é que vão decidir efetivamente a solução política no rumo da liberdade.

São inteiramente justas as articulações, no parlamento e em todas as frentes, no sentido de incorporar forças na campanha oposicionista, inclusive com as dissidências pedessistas. Da mesma forma são louváveis os esforços para construir um programa mínimo mais avançado para o candidato único. Mas estas atividades não podem ficar limitadas a acertos formais. É insubstituível a participação do povo através de suas entidades e organizações na definição deste programa e na batalha política sucessória. É a pressão das massas que pode garantir na prática a aplicação de uma plataforma que interprete realmente os interesses patrióticos, democráticos e populares para tirar o país da grave crise em que foi levado pelos governos militares.



Proálcool posto em questão

Programa bilionário aumentou concentração da riqueza no campo. Pág. 5

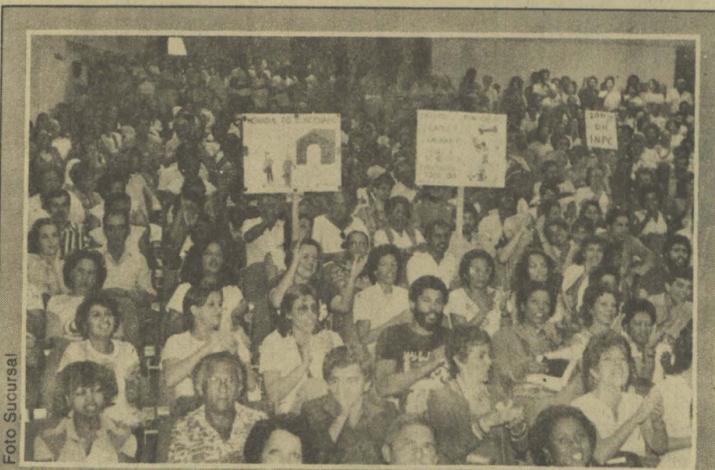


Foto Sucursal

Assembléa das universidades autárquicas do Rio: a greve continua

MEC tenta dobrar grevistas das autárquicas com punição

A ministra da Educação, Esther Ferraz, que se nega a atender às reivindicações dos professores e servidores das universidades federais autárquicas — em greve nacional há mais de 65 dias — passou das ameaças para as punições. Quarta-feira dia 18 foi recomendado pelo Ministério do Trabalho o estado de greve nas 28 instituições que estão paralisadas.

Com isto os grevistas estarão sujeitos a punições que vão desde advertência até demissão por justa causa. Também foi suscitado o envio de verbas para o pagamento de seus salários. Os professores e servidores não se intimidaram. Nas assembleias ocorridas em vários Estados após a decretação das medidas decidiram continuar a paralisação. Pág. 6

Duas linhas em choque na eleição dos metalúrgicos

Joaquim ataca o governo; Hélio, o comunismo. Em quem votam os metalúrgicos de S. Paulo? Pág. 7

A Belgo-Mineira tenta destruir este Sindicato

Metalúrgicos de Monlevade denunciam a multinacional. Pág. 7

Cineclubes em luta para o povo ter cinema

A ditadura os persegue mas eles não deixam morrer. Pág. 9

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



ORGREAVE

Na cidade de Orgreave, a violência da repressão contra os grevistas das minas britânicas

Thatcher joga a polícia contra greve na Inglaterra

Em meio à grande greve dos 130 mil mineiros, que já dura mais de quatro meses, o governo conservador de Margareth Thatcher se vê agora às voltas com a paralisação dos portuários. O movimento, em solidariedade a seus irmãos das minas e contra a utilização de fura-greves para carregar o minério de ferro, atinge 78 portos.

Este é considerado o maior conflito trabalhista dos últimos anos na Grã-Bretanha. Desde março as minas de carvão estão paralisadas em protesto aos planos do governo conservador de fechar 20 minas e desempregar cerca de 20 mil operários.

Trata-se da resposta dos trabalhadores à política recessiva de "austeridade" da chamada "Dama de Ferro", que entre outros males levou os desempregados à cifra recorde de 3 milhões, em maio. No confronto, o governo busca quebrar o poder de luta dos sindicatos, a fim de aplicar com vigor a receita capitalista para a crise: todo o peso nas costas dos trabalhadores.

Thatcher joga tudo para liquidar a greve dos mineiros. Até meados de junho mais de mil operários haviam sido presos. Mesmo a televisão brasileira tem mostrado a violência incomum da polícia contra os piquetes, o que já causou inclusive a morte de um trabalhador.

DIREITO À GREVE

O jornal *Workers' Weekly*, do Partido Comunista Revolucionário da Grã-Bretanha

(marxista-leninista), destaca que "os mineiros, como os demais trabalhadores, reivindicam o direito ao trabalho e à estabilidade; o direito de ir à greve sem a violência selvagem e fascista que vem sendo aplicada; o direito de se organizarem em seus sindicatos sem a interferência do Estado".

Os mineiros contam com ampla solidariedade do conjunto dos operários ingleses. Além da participação nos piquetes, outras categorias realizam greves e ações de apoio. Os ferroviários não transportam mais carvão, e paralisaram todos seus trabalhos no dia 27 de junho, juntamente com os gráficos de alguns jornais que caluniavam os grevistas. No dia 11, os estivadores cruzaram os braços para impedir que fura-greves contratados pelo governo embarcassem minério de ferro. O boicote ao embarque é peça importante no apoio aos mineiros.

A unidade dos trabalhadores coloca em mau lençóis o governo conservador. Estão parados 78 portos, com o que 3/4 das importações britânicas não chegam ao destino. Margareth Thatcher ameaça adotar o estado de emergência, visando militarizar os portos.

...e o governo caiu!



Thatcher refreia-se

Em 1974, uma greve de mineiros e eletricitários pôs abaixo o gabinete conservador de Edward Heath. A disputa salarial com os mineiros aconteceu em meio à crise do petróleo, quando o governo decidiu retomar a utilização de energia à base de carvão. Os trabalhadores exigiram em troca que seus salários fossem aumentados.

Depois de paralisarem as minas por cerca de um mês, os operários conseguiram a renúncia do gabinete conservador e a convocação de eleições antecipadas, nas quais venceu o Partido Trabalhista. A derrota eleitoral foi o que os conservadores colheram, por adotarem o estado de emergência e lançarem o exército contra os operários. Esta a razão por que a atual primeira-ministra, a "Dama de Ferro" Margareth Thatcher, refreia seus impulsos agressivos e pensa duas vezes antes de adotar medidas mais drásticas contra a vibrante greve dos mineiros e portuários.

Mas a medida pode voltar-se contra a "Dama de Ferro": da última vez em que foi utilizada, contra uma greve de mi-

neiros e eletricitários em 1974, o governo de Edward Heath veio abaixo (veja quadro). (Silvio Queiroz)

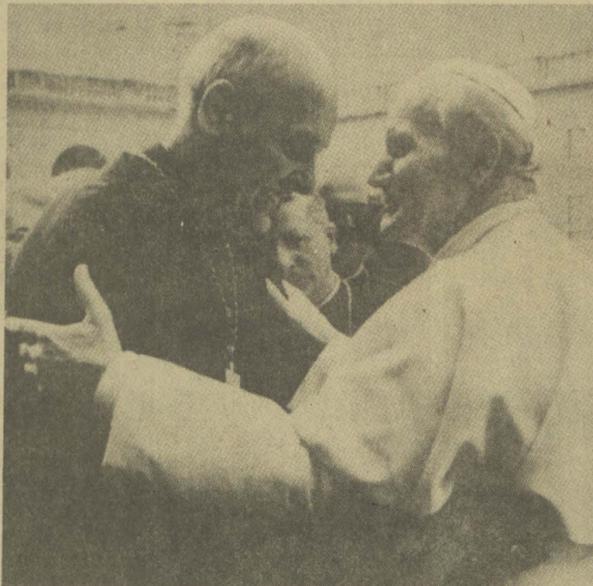
Banqueiro do Vaticano na cadeia

O diretor-gerente do Instituto para Obras de Religião (IOR), mais conhecido como Banco do Vaticano, foi condenado pela Justiça italiana, no último dia 12, a sete anos de prisão por fraudes. O caso está ligado aos dois maiores escândalos financeiros dos últimos anos na Itália, envolvendo diretamente a Santa Sé, a Máfia e vários banqueiros, numa história digna dos melhores contos policiais, com mortes, dinheiro e mistério.

Luigi Menzini, diretor-gerente do Banco do Vaticano, junto com outras 21 pessoas — acusados no processo que investiga a falência fraudulenta em 1974 da *Banca Privata Finanziaria*, de Michele Sindona — foram condenados a um total de 122 anos de prisão. A Santa Sé se recusou a comentar a condenação de Menzini — seu funcionário leigo que mora na cidade do Vaticano —, porque o arcebispo Paul Marcinkus, presidente do IOR, está envolvido num caso idêntico: a quebra fraudulenta do Banco Ambrosiano.

O CASO AMBROSIANO

O que chama a atenção nestas duas falências é o envolvimento do braço financeiro do Vaticano, o IOR. Os dois escândalos têm vários pontos em comum. O primeiro ocorreu em 1974 com a quebra fraudulenta da *Banca Privata Finanziaria*, na Itália, e do banco *Franklin National*, nos Estados Unidos, cujo proprietário Michele Sindona — ex-assessor financeiro do IOR e com ligações com a Máfia — atualmente cumpre pena de 25 anos de prisão em Nova York.



Marcinkus mantém estreitas relações com o Papa João Paulo II

Mas o caso mais escandaloso foi a falência do Banco Ambrosiano — o maior estabelecimento financeiro privado da Itália — cujo acionista majoritário era o Vaticano. O fato ganhou notoriedade quando seu presidente, o banqueiro Roberto Calvi, apareceu enforcado debaixo de uma ponte em Londres, em junho de 1982. Calvi havia fugido da Itália deixando um rombo de 1,4 bilhão de dólares em seu banco. Calvi aproveitou-se de sua ligação com a hierarquia do Vaticano e do aval do poderoso arcebispo Marcinkus para tomar emprestado centenas de milhões de dólares, utilizando-se de uma série de instituições financeiras fantasmas. Muitas destas operações tinham como respaldo apenas a assinatura de Marcinkus.

Apesar de o Vaticano negar o seu envolvimento neste mar de lama, as investigações judiciais provaram o contrário. E a Santa Sé foi obrigada a pagar em junho deste ano um débito de mais de 240 milhões de dólares do falido Banco Ambrosiano. Este acontecimento trouxe à tona o obscuro comportamento do IOR e seu principal homem, o arcebispo Marcinkus.

ORIGEM DOS LUCROS

O IOR coleta dinheiro e tira seus lucros das contribuições dos quase 800 milhões de fiéis católicos espalhados pelo mundo e dos inúmeros negócios em que o Vaticano está envolvido, que vão desde a administração de milhares de imóveis até a participação acionária em empresas multinacionais. Entre estas empre-

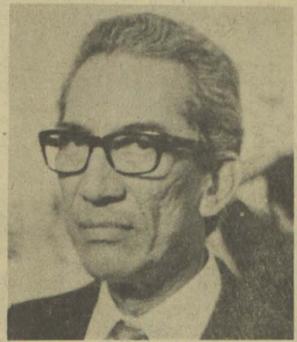
sas está a Textron Co. e o Trust Electric Bank, produtores de bombas *napalm* e outros tipos de armamentos. A Santa Sé controla também cerca de 55% da totalidade dos recursos bancários da Itália e calcula-se que no IOR estão depositados de 1,5 a 2 bilhões de dólares.

Para dirigir todo este império financeiro há o arcebispo Paul Marcinkus. Tradicionalmente manteve ligações com homens da Máfia e da P-2 (organização direitista financiadora da ultra-direita na Itália e América Latina). Faixa preta em caratê, guarda-costas do Papa durante suas viagens ao exterior, nasceu nos EUA e coincidentemente iniciou sua carreira em Cicero (Chicago), onde o gangster Al Capone também começou suas atividades. João Paulo I, em seu curto período como Papa, tentou desvencilhar-se deste assessor suspeito, mas com sua morte o arcebispo de Chicago continuou à frente do IOR. Recentemente alguns jornalistas têm levantado provas de que João Paulo I teria sido envenenado, e também nisto as evidências levam à sinistra figura de Marcinkus.

O Papa Karol Wojtyła, que se preocupa tanto em acusar os governos progressistas e revolucionários — como o da Nicarágua —, se calou até o momento a respeito dos escândalos financeiros dentro de sua casa. Apesar de todas as evidências do envolvimento de seu braço direito, o arcebispo Marcinkus, tenta acobertar suas ações. Por sua vez, a Justiça italiana fecha os olhos para esta "caca-graúda", evitando um atrito diplomático com o Vaticano.

Nicarágua denuncia nova agressão dos Estados Unidos

Os Estados Unidos já marcaram sua nova agressão contra a Nicarágua: será em agosto. A revelação foi feita à *Tribuna Operária* pelo embaixador nicaraguense no Brasil, Ernesto Gutierrez, durante a Semana de Solidariedade à Nicarágua, realizada de 15 a 19 de julho em São Paulo. Segundo Gutierrez, os contrarrevolucionários contam com 12 mil homens em armas, "a maior parte em Honduras, onde recebem treinamentos militares de técnicos norte-americanos".



O embaixador Gutierrez

Ao mesmo tempo em que comemoram os cinco anos da Revolução Sandinista, os nicaraguenses preparam-se para enfrentar a nova investida dos mercenários a soldo dos EUA. Para o embaixador Gutierrez, os "contra" não aspiram vencer os sandinistas com a "guerra de atritos" que desenvolvem: "A tática do imperialismo norte-americano objetiva o desgaste interno do governo nicaraguense".

O representante sandinista no Brasil lembra que para cada patriota morto são abatidos "três mercenários. É grande a superioridade física e moral dos sandinistas. Mas a guerra tem deteriorado muito nossa economia. Nas regiões onde há luta, a colheita de certas culturas — em especial os gêneros alimentícios — está muito prejudicada, com reflexos sobre o abastecimento interno e sobre as exportações".

Nos cinco anos da Revolução, "apenas um ano e meio puderam ser vividos em paz e dedicados plenamente à reconstrução do país. Os ata-

ques dos somozistas e mercenários têm exigido muito heroísmo e austeridade do povo" — relata o embaixador.

Gutierrez observa que ainda existem vestígios do latifúndio e "da alta burguesia", forças batidas pela revolução, "que insistem em atividades subversivas em conluio com a CIA. Entretanto a oposição existente no país atua livremente e participará das eleições de novembro".

O diplomata sandinista lembrou que, no momento em que ocorria a primeira tentativa de "negociações bilaterais" entre EUA e Nicarágua, o presidente Ronald Reagan fez "declarações terríveis contra nosso país na Irlanda do Norte. Reagan não abre mão de sua política belicista". Sob a máscara de "negociação", na verdade ele pretende encobrir os crimes do imperialismo ianque na América Central e melhorar a imagem frente aos povos do mundo. "Inclusive o povo dos EUA não quer a guerra" — salientou.

Hierarquia da Igreja ataca padres sandinistas

As contradições entre a Igreja Católica e o governo sandinista da Nicarágua foram consideravelmente agravadas na semana passada. A Companhia de Jesus exigiu do novo ministro da Educação, o padre jesuíta Fernando Cardenal, a escolha entre sua condição de sacerdote e o cargo que passou a ocupar no governo.

Os padres Miguel D'Escoto e Ernesto Cardenal, ministros de Relações com o Exterior e da Cultura, também foram duramente criticados pelos setores reacionários da Igreja que, por sinal, dominam a hierarquia eclesial. No Brasil, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros) divulgou nota de protesto contra os sandinistas.

Aparentemente, o motivo do recrudescimento do conflito entre Igreja e Estado

na Nicarágua foi a recente expulsão de 10 padres estrangeiros do país. Ocultase, no entanto, que eles participaram de atos contrarrevolucionários ao lado do padre Amado Pena, que foi pilhado pelos sandinistas traficando armas para os somozistas e mercenários financiados pelo imperialismo norte-americano.

Existem sinais de que o Papa João Paulo II é quem está por trás das hostilidades desses setores da Igreja ao governo revolucionário da Nicarágua. Na segunda-feira passada, falando contra as nações que ousam "levantarem-se contra Deus", o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, prometeu continuar auxiliando os anti-sandinistas e pediu ao Congresso mais verbas para financiar os mercenários.

Leia e estude o marxismo-leninismo

A atuação dos trotsquistas no PT - João Amazonas.....	Cr\$ 500,00
Por fim ao regime militar - João Amazonas.....	Cr\$ 200,00
Pela liberdade e pela democracia popular - J. Amazonas.....	Cr\$ 2.000,00
Revisionismo chinês de Mao Tsétung - J. Amazonas.....	Cr\$ 2.000,00
Relatório ao 8º Congresso do PTA - Enver Hoxha.....	Cr\$ 2.000,00
Discurso aos Eleitores - Enver Hoxha.....	Cr\$ 1.500,00
Os comunistas e as eleições - V.I. Lênin.....	Cr\$ 2.000,00
Em defesa dos direitos e da emancipação da mulher -	
Luís Morais e textos de Marx, Engels, Lênin e Bebell.....	Cr\$ 1.500,00
Revista Principios, nº 8.....	Cr\$ 2.000,00
Obras escolhidas de Marx e Engels, 3 volumes, o exemplar.....	Cr\$ 5.500,00
Sobre a literatura e a arte - Marx e Engels.....	Cr\$ 3.500,00
Manifesto do Partido Comunista - Marx e Engels.....	Cr\$ 2.000,00
A Ideologia Alemã - Marx e Engels.....	Cr\$ 4.000,00
Miséria da Filosofia - Marx.....	Cr\$ 5.000,00
Liberdade de Imprensa - Marx.....	Cr\$ 3.200,00
Trabalho Assalariado e Capital - Marx.....	Cr\$ 1.500,00
A origem do capital - Marx.....	Cr\$ 6.500,00
Anti-Dihring - Engels.....	Cr\$ 4.600,00
Dialética da Natureza - Engels.....	Cr\$ 6.370,00
A origem da família, da propriedade privada e do Estado -	
Engels.....	Cr\$ 4.200,00
Materialismo dialético e materialismo histórico - Stálin.....	Cr\$ 2.000,00
Fundamentos do leninismo - Stálin.....	Cr\$ 4.100,00
Obras escolhidas de Lênin, 3 volumes, o exemplar.....	Cr\$ 7.500,00
O Estado e a revolução - Lênin.....	Cr\$ 4.800,00
O que fazer? - Lênin.....	Cr\$ 4.800,00
Sobre os sindicatos - Lênin.....	Cr\$ 4.800,00
O programa agrário - Lênin.....	Cr\$ 4.500,00
O trabalho do Partido entre as massas - Lênin.....	Cr\$ 4.500,00
Esquerdismo, doença infantil do comunismo - Lênin.....	Cr\$ 4.600,00
Imperialismo, fase superior do capitalismo - Lênin.....	Cr\$ 4.100,00
Como iludir o povo - Lênin.....	Cr\$ 1.900,00
Princípios fundamentais do marxismo - Plekánov.....	Cr\$ 3.100,00
Os dez dias que abalaram o mundo - John Reed.....	Cr\$ 7.800,00
História da AP (da JUC ao PC do B) - A. Arantes, H. Lima.....	Cr\$ 6.300,00
História do PC (bolchevique) da URSS, 1º fascículo.....	Cr\$ 2.000,00
Socialismo na Albânia - Jaime Sautchuk.....	Cr\$ 6.000,00
Pedidos com o envio de cheque nominal, no valor da compra, para a	
Editora Anita Garibaldi, av. Brig. Luís Antônio, 317, 4º andar, sala 43.	
CEP 01317 - Fone 34-0689 - São Paulo - SP	

Convenção Popular apóia Tancredo

OPINIAO

Frente Liberal é reforço para bloco oposicionista

Há correntes de opinião que ainda não percebem as mudanças no quadro político. A magestosa campanha pelas diretas já, apesar de golpear fundo o regime militar, não foi suficiente para conquistar sua meta. E com o desfecho da sucessão decidido através do Colégio Eleitoral o continuísmo poderia sair vitorioso, embora politicamente desgastado. O impasse entre a vontade manifesta dos brasileiros e o apego dos generais ao poder gerou então uma redefinição de forças no país.

O PDS se esfrangalhou. E gestou-se uma composição muito mais ampla contra o sistema vigente. A proposta da candidatura única das oposições se impôs, com o respaldo muito significativo da Frente Liberal.

Há míopes que, em vez de verem nisso o crescimento da oposição e o isolamento do regime, assustam-se com a hipótese absurda de um movimento oposto, das oposições rumo ao PDS. Não aprenderam com o exemplo da incorporação do PP ao PMDB, em 1982, que mostrou ser progressista e não reacionária como imaginavam os sectários da época.

Esse temor busca argumentos em certas frases de políticos da oposição moderada ou na Frente Li-

beral. Mas esquece que o movimento social não liga a declarações e desejos de pessoas ou grupos, quando estes não correspondem às exigências históricas.

Hoje, o lançamento do candidato único é a forma prática de dar continuidade à união das oposições, que já comprovou seu acerto. A inclusão da Frente Liberal, longe de anular, reforça e amplia a composição contra o regime.

Os argumentos dos que temem imaginários reclusos da oposição não encontram correspondência nos fatos. São na verdade gestos contra a unidade dos que combatem o regime militar. Pior do que isso, são expressões egoístas de grupos ou pessoas que colocam o desejo de ter cargos ou os interesses partidários acima dos anseios maiores do povo brasileiro.

A campanha pelas diretas-já desemboca diretamente na campanha do candidato único, para combater e derrotar o regime militar, e na exigência de uma Assembléia Constituinte que estabeleça normas democráticas de governo e eleições diretas em todos os níveis. Entorpecer esta batalha com fórmulas abstratas ou rígidas, desligadas da realidade em curso, só ajuda os planos ditatoriais do regime e do sr. Paulo Maluf.

Na Convenção do Movimento Democrático e Popular de Alagoas, sexta-feira dia 13 no Ginásio do CRB, mais de 2 mil pessoas ratificaram com entusiasmo o "Manifesto dos Alagoanos à Nação", que apóia Tancredo Neves como candidato único da oposição para, num governo de transição democrática, aplicar um programa mínimo e convocar a Constituinte em 1986.

Estiveram presentes ao ato político praticamente todos os setores democráticos e populares de Maceió e várias delegações do interior, com destaque para a numerosa comitiva de Arapiraca. O deputado federal Aldo Arantes (PMDB-GO) e o deputado estadual Luciano Siqueira (PMDB-PE) compareceram como convidados e seus discursos foram bastante aplaudidos.

PROPOSTAS AO PROGRAMA

Os oradores, sem exceção, defenderam a necessidade de "lutar em qualquer campo de batalha para derrotar o inimigo do país que é o regime militar, e conquistar a liberdade e a democracia". Compareceram à reunião os presidentes regionais do PMDB, José Costa, e do PDT, José Moura; dois membros dissidentes do PDS, Rubens Villar e Osvaldo Gomes, que exortaram o povo a "luta pelo fim do regime militar"; a Comissão pela Legalidade do PCB e a Comissão pela Legalidade do PC do Brasil, cujo representante, Enio Lins, foi o mais aplaudido ao ser apresentado. A exceção foi o PT que, numa postura de quebra da unidade oposicionista, não compareceu.

A necessidade de um programa mínimo para o governo democrático, definida por vários oradores, foi muito bem recebi-



Plenário e mesa da Convenção que ratificou Manifesto dos Alagoanos

da na Convenção. Várias entidades, inclusive, contribuíram com sugestões e propostas para esta plataforma. Foram anunciadas as propostas do Sindicato dos Bancários, da União das Mulheres, da Comissão pela Legalidade do PC do B e UEE, entre outras.

"UM ATO HISTÓRICO"

Na opinião do deputado Eduardo Bomfim, do PMDB, "este foi um ato político histórico para Alagoas e mesmo para o país, pois mostrou que, hoje, a exigência de mudanças profundas e do fim do regime militar empolga o mais amplo leque de setores da sociedade civil".

De fato, os setores mais diversos se fizeram representar na Convenção — desde empresários, inclusive do setor canaviário, até lideranças estudantis, passando pelos Sindicatos dos Médicos, Jornalistas, Radialistas,



as recém-eleitas diretorias dos Bancários e Metalúrgicos, associações dos docentes da UFAL, dos Assistentes Sociais, Enfermeiros, Professores, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Joaquim Gomes, além de inúmeras associações de moradores e entidades comunitárias da capital e interior.

Participaram também personalidades como o conselheiro e

empresário Geraldo Sampaio, os deputados federais Sérgio Moreira e Renan Calheiros (muito aplaudido quando lembrou que "estamos aqui reafirmando o grito de amor à pátria contido no Hino Nacional: 'Verás que um filho teu não foge à luta'"). Presentes ainda vereadores, a Sociedade de Direitos Humanos e várias outras entidades alagoanas. (da sucursal)



Figueiredo chamou Maluf, mas não conseguiu renúncia do candidato

Paulo Maluf conta com oposição fora do Colégio

Na semana que passou o governo voltou a investir na sua "missão impossível": tentar recompor a unidade do PDS, o que significa na verdade fazer o ex-governador trombadinha, Paulo Salim Maluf, desistir de concorrer à presidência da República pelo partido oficial. Vã tentativa. Maluf não abre mão de sua ganância pelo poder.

O Palácio do Planalto chegou a articular uma reunião dos presidentes regionais do que sobrou de seu partido. E o máximo que conseguiu foi uma declaração conjunta do magote de "lideranças pedesistas" afirmando ser "dever, pois, do PDS eleger um presidente da República".

Obstinado em sua decisão de não deixar o governo para as oposições", Figueiredo chamou, mais uma vez, Maluf ao Planalto, para pedir ajuda na inglória tarefa de rearrumar as fileiras de seu partido. Maluf, contudo, tem uma convicção: "Eu me julgo, com toda a falta de modéstia, mesmo, o mais competente, o mais capaz e politicamente o mais hábil". Com exercícios de numerologia, o agourento

candidato pedesista levou ao general-presidente uma "receita de vitória" para o PDS no Colégio Eleitoral, em janeiro.

Maluf reafirmou-se, assim, como candidato à convenção do PDS que escolherá o concorrente do partido à presidência. Mais uma vez a tentativa da cúpula de governo de atrair o vice Aureliano Chaves e a sua "Frente Liberal" para as hostes do regime deu em água. E mais uma vez saiu fortalecida a convicção de que Maluf será mesmo o candidato do PDS à presidência, apesar das desacreditadas afirmações de Mário Andreazza de que pode bater o ex-governador-trombadinha na convenção.

No episódio confirmou-se a suspeita de que Maluf conta, de fato, com o sectarismo de setores da oposição nos seus cálculos eleitorais. Na exposição que fez ao general Figueiredo de suas "chances" de vitória, o deputado Maluf comprou como favoráveis à sua candidatura as ausências do PT e do chamado grupo "Só Diretas" no Colégio Eleitoral destinado a eleger o futuro presidente.

Entidades convocam reunião na Bahia

Mais de 150 entidades sindicais, democráticas e populares da Bahia assinaram um documento convocando para o próximo dia 29 uma Assembléia Popular e Democrática do Estado. Neste encontro será discutido o apoio ao candidato único das oposições à presidência da República; os pontos principais de um programa mínimo para um governo de transição; e a mobilização popular na campanha do candidato único das oposições.

O documento foi divulgado na terça-feira, dia 17, em entrevista coletiva à imprensa. Nela os mais destacados líderes sindicais e populares do Estado manifestaram sua disposição de usar todos os meios para pôr fim ao regime militar e garantir um governo de transição oposicionista que atenda às necessi-

dades das camadas mais sofridas da população.

Entre as personalidades que assinam o manifesto, destacam-se: Nilson Santos Bahia, presidente do Sindiquímica; José Costa, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos; Vânia Galvão, presidente da Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra); Aloísio Carneiro, secretário-geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura; Antonia Garcia, coordenadora da Federação das Associações de Bairro de Salvador; Síndonio Palmeira, presidente da União dos Estudantes da Bahia; Anísio Felix, secretário da Federação Nacional dos Jornalistas; Joviniano Neto, presidente da Associação dos Sociólogos do Brasil; vários presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações de

Moradores de Bairro, entidades estudantis e lideranças populares do interior do Estado. Publicamos abaixo trechos do documento:

NOVO QUADRO POLÍTICO

"Nos últimos meses fomos às ruas na Bahia e em todo o Brasil, nós, os setores populares, para realizar a maior campanha de massas já efetuada em nosso país, sob a bandeira das eleições diretas-já para presidente da República. Moveu-nos a convicção de que, vitoriosa essa campanha, elegeríamos um presidente da República comprometido com a idéia de mudar o atual estado de coisas do país.

"Agora, percebemos que o quadro político apresenta novas características.

"O problema da sucessão presidencial caminha para um desenlace. A questão da continuidade ou o fim do regime mi-

litar está no centro da cena política. A hipótese de um governo de oposição emerge, passa a ser possível, e até os compromissos que um eventual governo deste tipo vá assumir também estão em discussão.

"Por isso, os abaixo-assinados, participantes ativos e responsáveis do movimento popular e democrático da Bahia, convocam esses setores populares e democráticos baianos, sindicalistas, dirigentes de organizações populares, de bairros, de entidades democráticas, estudantis, de artistas, de defesa dos direitos humanos e do meio-ambiente, de mulheres e negros, e outras, religiões, deputados federais e estaduais, vereadores, partidos políticos oposicionistas, para participarem da assembléia popular e democrática que farão realizar durante o dia 29 de julho em Salvador". (da Sucursal)

PMDB decide levar às ruas candidato único

O Diretório Nacional do PMDB, reunido dia 16 em Brasília, formalizou os próximos passos com vistas ao lançamento de um candidato único das oposições para disputar a presidência da República. Ficou aprovada a realização de sua Convenção Nacional nos dias 11 e 12 de agosto para o lançamento oficial da candidatura de Tancredo Neves e a aprovação dos pontos essenciais do programa mínimo de governo das oposições.

Com o auditório Nereu Ramos completamente lotado e a presença dos nove governadores eleitos pelo partido, ficou claro que a maioria dos peemedebistas estão dispostos a apoiar a candidatura do governador Tancredo Neves. Aprovou-se ainda que sua candidatura deverá ganhar as ruas com a realização de grandes comícios em todas as capitais brasileiras. Apenas dois oradores do grupo Só-Diretas - o senador Itamar Franco e o deputado paulista Roberto Ro-



Tancredo: lutar em todas as trincheiras

lemberg - criticaram o lançamento de Tancredo.

Respondendo às críticas feitas por Itamar Franco, o presidente nacional do PMDB, deputado Uliisses Guimarães, foi enfático: "Nossa luta pelas eleições diretas vai continuar. Vamos insistir para a colocação na pauta de votação, logo no começo de agosto, da emenda Montoro, leu um documento suscitado por todos os governa-

estgotadas todas as possibilidades para que a Nação eleja o presidente da República através do voto direto, se tivermos uma opção para um governo que, apesar dos meios, esteja sintonizado com os anseios de mudanças que o povo exige, não podemos nos furtar a isso".

"NÃO FUGIR DA LUTA"

Uma das intervenções mais importantes da reunião foi feita pelo deputado federal Aldo Arantes. Ele mostrou que o principal, para o PMDB, é a elaboração de um programa mínimo para um governo de transição democrática. "O objetivo de nosso partido é conquistar o poder político para promover as transformações exigidas pela Nação. Por isso, é importante agora a definição de um programa mínimo que garanta a transformação democrática", defendeu Aldo. A sua proposta, de que a Convenção Nacional aprove também os pontos centrais do programa de governo, foi aprovada.

No final da reunião, o governador de São Paulo, Franco Montoro, leu um documento suscitado por todos os governa-

dores do PMDB, apoiando o nome de Tancredo Neves e defendendo a luta em todos os campos para se conquistar o poder.

PROGRAMA MÍNIMO

A definição do programa mínimo do governo de transição democrática e a mobilização popular pela candidatura única concentram agora as preocupações dos setores progressistas do PMDB. Um grupo com mais de 40 parlamentares ligados ao movimento popular já atua com o objetivo de influir na elaboração desse programa mínimo. Dessa articulação fazem parte os deputados Miguel Arraes, Alencar Furtado, Francisco Pinto, Haroldo Lima, Aldo Arantes, Dante de Oliveira, João Herman, entre outros.

Logo após a reunião do Diretório Nacional, o grupo teve um encontro com o governador Tancredo Neves e ouviu dele o compromisso claro com a Constituinte, com o tratamento soberano da questão da dívida externa, com a liberdade de organização partidária. (Moacir Oliveira Filho, Brasília)

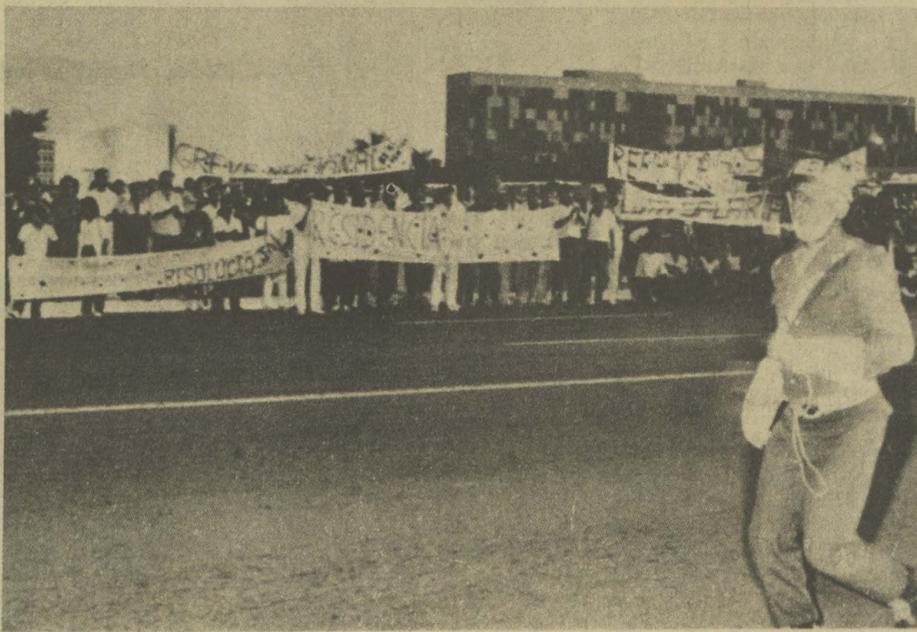
Mais de três mil pessoas vaíam Figueiredo na Bahia

A impopularidade do general Figueiredo cresce a cada dia. Na inauguração da sede do Banco Econômico, na Cidade Baixa, em Salvador, o presidente foi vaiado por mais de três mil pessoas. De cara fechada, acompanhado por oito ministros, Figueiredo teve de ouvir os gritos de "Diretas-já", "Abaixo Figueiredo" e "Um, dois, três, Figueiredo no xadrez".

Mais de mil policiais, da PM, Polícia Federal, Polícia Civil e do Corpo de Segurança da Presidência da República, tentaram conter a manifestação lançando bombas de gás lacrimogêneo, distribuindo cacetadas e prendendo mais de dez pessoas. Mas os manifestantes, professores, funcionários e estudantes da Universidade Federal da Bahia, sindicalistas e trabalhadores do comércio, não arredaram pé.

Figueiredo, com sua comitiva, ocupou cinco andares do luxuoso Hotel Meridien e requisitou 50 carros oficiais do governo do Estado para se locomover pela cidade. Como esquema de segurança foi montado um dos mais vastos aparatos policiais que já se viu nestas ocasiões. Os jornalistas foram impedidos de se aproximar da corte presidencial. Durante toda a visita não se ouviu sequer uma palavra do presidente sobre as crises política e econômica, nem sobre as reivindicações dos professores e funcionários em greve há mais de dois meses.

Às 17 horas, a Cidade Baixa



transformou-se numa verdadeira praça de guerra, com 300 homens do Pelotão de Choque da PM nas ruas, munidos de mochilas cheias de bombas de gás, além de mais de 700 policiais militares, federais e civis e dos agentes especiais de segurança.

Os manifestantes desde as 14 horas se concentraram na Praça da Inglaterra, a 300 metros da sede do Banco. Abriam faixas e gritaram palavras de ordem em defesa da universidade pública e gratuita. O professor João Augusto Rocha, secretário da Apub, lembrou que a finalidade daquele ato era buscar a negociação com o governo, sobre as rei-

vindicações dos grevistas, e repudiou as ameaças de punição feitas pela ministra Esther de Figueiredo. Houve diversas tentativas de audiência com Figueiredo, todas sem resultado, sob o argumento de que sua agenda estava cheia, desde o "cooper matinal".

Com a chegada do presidente, às 17 horas e 13 minutos, estourou uma vaia estrondosa. Figueiredo saiu do carro e foi praticamente empurrado apressadamente para dentro do Banco pela segurança. Começou então uma violenta operação para evacuar as ruas, comandada pessoalmente pelos coronéis Bião Luna e João Araújo. Choveram bombas de

gás e cacetadas. O povo reagiu com pedras, gritando palavras de ordem.

O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, Itamar Silveira, foi preso sob pancadas. O presidente do Sindicato dos Bancários, ao reclamar da prisão de Itamar, foi também violentamente espancado.

Apoiaram a manifestação os deputados federais baianos Haroldo Lima e Domingos Leonelli, os deputados estaduais Carlos Mariguela, Luiz Humberto e Luiz Nova, os vereadores Fernando Schmidt, Lidice da Matta, Jane Vasconcelos e Paulo Fábio. (da sucursal)

Ato contra o terrorismo em São Paulo

Várias entidades sindicais e populares participaram do ato público em repúdio ao terrorismo e em homenagem ao presidente do Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte, Célio de Castro, realizado na terça-feira passada, às 20 horas, no auditório do Sindicato dos Motoristas de São Paulo.



Célio: "A polícia tem como identificar os baderneiros"

Lembrando o atentado de que foi vítima no dia 20 de junho, quando teve seu automóvel destruído por bombas e pedras em Belo Horizonte, Célio de Castro fez um longo discurso condenando o terrorismo e o regime militar "que dá abrigo, garantia de impunidade e sustentação aos extremistas de direita responsáveis pelo terror". Quando concluiu, foi aplaudido de pé.

Acuados com o avanço da frente democrática e procurando intimidar os setores mais conseqüentes na luta contra o regime militar, "os terroristas visam, sobretudo, criar um clima propício a uma intervenção militar. Querem, também, fragmentar a unidade das oposições, que vem sendo penosamente construída" — disse o presidente do Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte.

IMPUNIDADE CONTINUA

Já o presidente do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, Gabriel Wo Ojelka, depois de ressaltar "a importância do Célio para o movimento sindical brasileiro", também salientou que só o fim do regime militar "possibilitará segurança contra esses atos insanos da direita".

Ninguém agüenta mais o 2065

De um lado, greves vitoriosas, como a realizada no fim de junho pelos operários da Siderúrgica Nacional; de outro lado, manifestações dos patrões, como a recente reunião da Confederação Nacional das Indústrias, vão engrossando a luta contra o decreto 2.065. Por que até setores patronais estão contra as medidas impostas pela violência militar?

É de triste lembrança a implantação do arrocho, particularmente a saravada de decretos que a partir de janeiro de 1983 foram impostos pelo FMI. Desde o começo os trabalhadores e os setores democráticos e populares lutaram intensamente. O Congresso Nacional se transformou num centro vivo da luta política. O

governo chegou ao extremo de intervir militarmente, decretando "medidas de emergência" em Brasília no fim de setembro, e depois comprando a peso de ouro o apoio do PTB. Até o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Donald Regan, ameaçou pessoalmente os congressistas, numa repulsiva política colonial.

O decreto 2.065 passou no Congresso. Já no dia seguinte, espoucavam novas greves contra ele, que até hoje não pararam. Mas o arrocho foi e está sendo violentamente aplicado. Alguns afirmam que ele está morto mas, como afirma Válder Barelli, diretor do Dieese, é um morto bem "vivo".

EFEITOS DEVASTADORES
Barelli apresentou na im-

prensa uma avaliação do superarrocho do FMI: "O decreto-lei 2.065 corta semestralmente por volta de 13% das folhas de pagamento: Desde que começaram os decretos-leis — ou seja, a partir de fevereiro de 1983 —, as folhas de pagamento estão sendo cortadas em parcelas que variaram com cada decreto-lei, chegando a um corte de 20%, no caso do decreto-lei 2.045. Dessa maneira os trabalhadores já tiveram três reajustes com cortes de salário. Em agosto começará a quarta redução.

A situação chega a um nível insuportável. Desde o segundo semestre de 1982, pelos cálculos do Dieese, os salários tiveram queda real superior a 40%. Isso quer dizer que o po-

der aquisitivo caiu quase pela metade em menos de dois anos.

É por isso que até os patrões que produzem mais para o mercado interno estão chiando. A depressão atinge fortemente o comércio: basta dizer que no primeiro semestre de 1984 a produção industrial está aumentando em torno de 4%, mas o mercado interno caiu a uma taxa superior a 10%. É isso que os banqueiros internacionais querem: arrochar, para conseguir pelo menos dois objetivos: a quebra da nossa economia interna e auto-sustentada e a criação de grande massa de trabalhadores "baratos" que facilite a vida dos trustes exportadores (Luiz Gonzaga)



Plano de Emergência dos Comunistas

Na edição passada, por erro gráfico, omitimos o item 5 do plano de emergência anexo à proposta de programa mínimo feita pela Comissão pela Legalidade do PC do Brasil para o candidato único das oposições. Devido à importância do assunto, reproduzimos abaixo todo o plano de emergência (o programa mínimo saiu correto) destacando em negrito o ponto em que erramos.

A difícil situação que atravessa o povo exige a formulação e aplicação de um Plano de Emergência capaz de atenuar as dificuldades que pesam sobre os assalariados em geral e as massas populares. Os recursos à execução do plano devem proceder da contribuição dos setores empresariais, dos bancos, de todos os empreendimentos rentáveis. O Estado terá que canalizar recursos para o plano, retirando-os da economia de divisas, com a suspensão do pagamento das dívidas, com dotações orçamentárias apropriadas, com o corte das verbas reservadas às mordomias.

- 1 Abono de emergência aos assalariados e ao funcionalismo público visando restituir parte das perdas em seu poder aquisitivo.
- 2 Revogação do decreto 2065 a fim de combater o arrocho salarial.
- 3 Os alugueis subirão no máximo 60 por cento do índice do INPC e uma vez por ano.
- 4 As contas de luz, gás, telefone e água terão aumentos de 50 por cento do índice do INPC e uma só vez por ano.
- 5 **Os preços dos medicamentos serão elevados somente até 50 por cento do índice do INPC e uma só vez por ano.**
- 6 Os transportes coletivos serão subsidiados a fim de evitar constantes aumentos nas passagens.
- 7 Renda em larga escala de gêneros de primeira necessi-

dade pela COBAL a preços reduzidos para evitar os gastos de intermediação e servir de contenção às altas injustificadas de preços.

- 8 Congelamento das anuidades escolares por três anos.
- 9 Rigoroso controle no preço dos combustíveis que não poderão ser onerados arbitrariamente.
- 10 As prestações da Casa Própria serão inferiores à percentagem do aumento de salários e vencimentos. Aos desempregados será suspenso temporariamente o pagamento dessas prestações.
- 11 Concessões de terrenos destinados à construção de moradias para o povo.
- 12 Ajuda aos hospitais, escolas e restaurantes universitários ameaçados de fechamento.
- 13 Ajuda aos desempregados, criação de novos empregos e abertura de frentes de trabalho de utilidade pública.
- 14 Assistência de todo tipo às populações flageladas a fim de que reconstituam suas vidas nas regiões em que vivem.
- 15 Imposto Especial, em caráter transitório, sobre os lucros dos bancos, das grandes empresas e dos investimentos rentáveis, a ser aplicado na execução do Plano de Emergência.
- 16 Criação de um Centro, devidamente fiscalizado, para administrar os fundos recolhidos e os gastos relativos ao Plano de Emergência.



Teve grande repercussão o livro de Aldo e Haroldo

Livro sobre evolução da AP para o PC do B faz sucesso na Bahia

O espaço do plenário e das galerias da Câmara Municipal de Salvador foi pequeno para o grande número de pessoas no lançamento do livro *História da Ação Popular - da JUC ao PC do B*, de autoria dos deputados federais Haroldo Lima e Aldo Arantes (PMDB, Goiás), no dia 12 de julho. Nada menos do que 270 exemplares da obra foram vendidos durante o ato.

O presidente da Câmara Municipal, Inácio Gomes, fez a abertura do lançamento, enquanto o vice-líder do PMDB, vereador Fernando Schmidt, ex-militante da JUC e da AP, saudou os autores do livro, lembrando os 20 anos de enfrentamento com o arbítrio, a repressão e o autoritarismo do regime implantado em 1964 no país.

"Nesses tempos, muitos deram seu testemunho de ação e combate. Na linha de frente estavam os companheiros Haroldo Lima e Aldo Arantes" — ressaltou Schmidt. Ele fez, ainda, uma homenagem "ao companheiro Jorge Leal Gonçalves Pereira, que não teve a alegria de viver esta festa, pois foi assassinado pela ditadura e, pos-

teriormente, grotescamente absolvido", causando muita emoção.

O presidente do PMDB baiano, deputado Marcelo, também elogiou os deputados Haroldo Lima e Aldo Arantes, destacando o livro como uma importante contribuição "para que a história de nosso povo se complete". Referiu-se a Haroldo Lima como "uma das lideranças mais vigorosas do PMDB".

O deputado federal Haroldo Lima assegurou que o livro conta uma história "muito viva, com muita movimentação, muita luta, plasmada de idealismo e de bom caráter. Não é um livro de lamúrias, mas sim de otimismo. Registramos nele os erros cometidos, como foram enfrentados, da forma que puderam ser, por aqueles que nunca esqueceram que a liberdade sempre chega, como uma pérola que temos de buscar nas profundezas do oceano". Haroldo homenageou também o engenheiro da Coelba, Jorge Leal Gonçalves Pereira, que foi coordenador da JUC da Bahia, assassinado pela polícia do regime.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Ação comum de amplas massas

Teve boa repercussão a proposta de programa mínimo para o candidato único das oposições feita recentemente pelo PC do Brasil. Uma das questões debatidas entre os ativistas é a ligação de uma plataforma deste tipo, com objetivos limitados, ao objetivo programático da atual etapa da revolução de construir um novo poder, do proletariado e das massas camponesas sob a direção da classe operária.

NÃO AGIR ISOLADO

Lênin indica, com muita clareza: "Apenas com a vanguarda sozinha é impossível triunfar. Lançar a vanguarda sozinha à batalha decisiva, quando toda a classe, quando as grandes massas ainda não adotaram uma posição de apoio direto a essa vanguarda ou, pelo menos, de neutralidade simpática, e não são totalmente incapazes de apoiar o adversário, seria não só uma estupidez, como um crime". E mais adiante, mostra que as massas não adotarão esta posição apenas com base em agitação e propaganda das idéias revolucionárias. "Para isto — diz Lênin — necessita-se da própria experiência política das massas."

Assim, um partido revolucionário não pode limitar-se a repetir seus objetivos estratégicos. Sem encontrar em cada situação uma proposta de ação, que reflita os sentimentos do povo, que unifique as mais amplas forças contra o regime, que possa ajudar as massas a fazerem na prática a sua própria experiência política, ao invés de se firmar como partido de vanguarda, condena-se a atuar como uma seita.

AVANÇO DO POVO

Uma plataforma de frente única não pode evidentemente expressar as propostas de um único partido ou de uma só classe, mas os anseios comuns às diversas correntes oposicionistas. Seu objetivo é unir o máximo de forças, conquistar um novo regime e condições mais favoráveis ao avanço do proletariado e das massas populares. Ao lutar por estes objetivos limitados, mas que correspondem à sua compreensão num determinado momento, o povo eleva sua consciência política, liberta-se da influência das classes dominantes, aproxima-se do programa da revolução.

Na realidade, além de encarecer o petróleo, a crise provocou uma brusca queda nos preços internacionais de produtos como o açúcar, que até hoje não voltou ao nível de 1974. Ocorre que desde 1971 os usineiros e o governo tocavam um "Programa de Racionalização", incluindo fusões, incorporações de usinas e fortes investimentos em novas máquinas para aproveitar os preços altos. Com baixa, era preciso achar um jeito de ajudar os usineiros. Foi então que o general Geisel optou pelo Proálcool, após uma visita aos canaviais da região de Ribeirão Preto, onde se produz um terço do álcool do país.

Logo em seu primeiro objetivo, o projeto frisa que sua "base" é a "iniciativa privada" — quer dizer, os capitalistas, no caso sobretudo os usineiros de São Paulo. O plano garantia empréstimos a perder de vista, com juros menores que a inflação, e comprava toda a produção por preços "que efetivamente remunerem o produtor".

Os usineiros não se fizeram de rogados. E os canaviais começaram a se estender. A Tabela 1 mostra como a área plantada com cana cresceu nos anos do Proálcool, enquanto o arroz e o feijão marcavam passo, sem ajuda oficial. A Tabela 2 ilustra a disparada do fabrico de álcool. A Tabela 3 atesta que o crescimento foi distorcido, concentrado em São Paulo e periferia (norte do Paraná, sul de Goiás, Mato Grosso do Sul).

O Proálcool deu mesmo certo?

Com menos de nove anos de idade, e responsável pelo lançamento de quase 1,5 milhão de carros a álcool, no país, o Proálcool (Programa Nacional do Alcool) é apresentado por alguns como o único projeto do governo militar que deu certo. Mas deu mesmo? Os usineiros juram que sim. Já os cortadores de cana têm opinião diferente — Guariba que o diga.

Nossa história poderia começar nos distantes desertos do Oriente Médio onde, em 1973, a Guerra do Yom Kippur detonou a famosa crise do petróleo. Rapidamente o preço do óleo saltou de 3 dólares para mais de 40 dólares o barril, o que foi um sério choque para o Brasil — país altamente dependente das importações de combustível. O governo equacionou então o problema e pouco depois, em fins de 1975, nascia o Proálcool.

Isto, porém, é apenas aquela parte da história que os donos do poder gostam de contar. Ela não explica, por exemplo, por que o país não redimensionou sua monstruosa indústria automobilística, que queima rios de gasolina. Nem por que o Proálcool só deu certo para a cana — vinda de grandes latifúndios — e não para o álcool de mandioca — que poderia vir de pequenos produtores rurais.

COMO GEISEL DECIDIU

Indagado sobre os prós e contras do Programa, o usineiro Maurílio Biagi, do poderoso grupo Biagi, admite que "para a empresa o Proálcool só tem prós". E arremata: "É o programa mais positivo que foi feito no país nos últimos anos". O ministro Camilo Pena vai mais longe, diz que se trata de um projeto pioneiro ao nível da "sociedade humana" e que "deveríamos sentir orgulho disto".

O capital estrangeiro no início torceu o nariz para o Proálcool com medo de que ele levasse a veleidades antiimperialistas. Logo, porém, tranquilizou-se graças à garantia de testas-de-ferro como Mário Garnero, presidente do Brasilinvest, que fez até um livro e várias viagens aos EUA para mostrar que o plano merecia apoio da metrópole. Hoje o próprio Garnero diz que "no exterior o programa é visto com o máximo de respeito" e cita até uma confidência de Wolfgang Sauer, presidente da Volkswagen no Brasil: "O carro a álcool é que salva a indústria automobilística". Por essas e outras, o Programa tem hoje farto crédito de instituições comandadas pelo capital americano, como o Banco Mundial.

Portanto multinacionais do automóvel, usineiros e governo estão plenamente de acordo nos louvores ao Proálcool. E o usineiro Olacir Francisco de Moraes, falando a "O Estado de São Paulo", explica muito bem o porquê do entusiasmo. "É evidente — diz — que a atividade agrícola não pode viver de sonhos. Está sempre buscando a realidade, o bom lucro, a maior segurança. Essa é a mola mestra da atividade agropecuária nos países capitalistas. É a sadia ambição do agricultor e do pecuarista que toca a economia do campo para frente. O resto é conversa fiada."

Nosso usineiro afirma adiante que a busca do lucro é "uma lei natural que a ninguém é dado mudar, sob



Levante dos trabalhadores da cana em Guariba: eles abriram uma nova fase de lutas

TABELA 1

Menos chão para o feijão com arroz

ÁREA COM CANA, ARROZ E FEIJÃO NO BRASIL

ANO	CANHA		ARROZ		FEIJÃO	
	hectares	índice	hectares	índice	hectares	índice
	1975	1.969.000	100,0	5.306.000	100,0	4.145.000
1976	2.093.000	106,3	6.656.000	125,4	4.059.000	97,9
1977	2.270.000	115,3	5.992.000	112,9	4.551.000	109,8
1978	2.391.000	121,4	5.623.000	105,8	4.617.000	111,4
1979	2.536.000	128,8	5.452.000	102,7	4.212.000	101,6
1980	2.607.000	132,4	6.243.000	117,6	4.643.000	112,0
1981	2.823.000	143,3	6.101.000	114,9	5.026.000	121,2
1982	3.085.000	156,7	6.015.000	113,3	5.928.000	143,0
1983	3.480.000	176,7	5.110.000	96,4	4.068.000	98,1

TABELA 2

A produção de álcool

(em milhões de litros)

ANO	BRASIL		SÃO PAULO	
	produção	índice	produção	índice
1975	580	100,0	362	100,0
1976	642	110,6	463	127,9
1977	1.387	239,1	1.095	302,4
1978	2.359	406,7	1.812	500,5
1979	3.448	594,4	2.472	682,8
1980	3.676	633,8	2.607	720,1
1981	4.206	725,1	2.833	782,6
1982	5.617	968,4	3.814	1.053,6
1983	7.950	1.370,7	5.398	1.491,1

mas contra um bloqueio comercial das potências imperialistas. Tecnicamente é possível substituir o óleo diesel pelo álcool, e a petroquímica pela alcoolquímica, talvez com vantagem.

Os problemas econômicos, contudo, nunca são meramente técnicos. Envolve sempre os interesses das classes sociais em cena. No caso do Proálcool, dominam em toda linha os interesses dos usineiros, acoplados com os das multinacionais do automóvel.

Na região de Ribeirão Preto, entre 1974 e 1979, deram fim a 1.800 hectares de feijão e 42 mil hectares de arroz.

pena de desarticular toda a economia agrícola". E queixa-se de que no Brasil toda atividade que dá lucro fica mal vista: "É preciso, de uma vez por todas, legitimar o lucro, compreender que lucrar está muito longe de roubar" — enfatiza.

Ocorre que a "mola mestra" que é o lucro concentra a riqueza na mão do capitalista, e a pobreza entre os proletários. O Proálcool acelerou brutalmente essa concentração. E isso no setor canavieiro, já tão concentrado, que o Instituto do Açúcar e do Alcool se dá ao luxo de manter estatísticas sobre a produção de cada empresa. No total, o Proálcool criou 456 destilarias, 262 autônomas e 194 anexas a usinas, quase todas de grupos que já dominavam o setor.

Na ansia do "bom lucro", os canaviais se expandiram às custas da redução do cultivo de alimentos. Na região de Ribeirão Preto, entre 1974 e 1979, deram fim a 1.800 hectares de feijão e 42 mil hectares de arroz.

OS NÃO-CONSULTADOS

No pólo oposto aos usineiros estão os assalariados da cana. A indignação de estatísticas atualizadas impede que se saiba ao certo quanto eles cresceram, mas fontes do Proálcool falam em 423 mil empregos criados pelo Programa. O quadro, referente apenas a São Paulo e a todos os cultivos agrícolas, mostra como aumenta o número de volantes e também como ele oscila de acordo com a época do ano.

A concentração capitalista acumulou grandes massas assalariadas, que povoam cidades inteiras como no caso de Guariba. E já em 1979, quando o Proálcool ganhou impulso, os trabalhadores e seus sindicatos fizeram um "Fórum dos Não-Consultados", apontando as consequências daninhas e concentradoras do Programa.

Como categoria em formação, os canaviais do Centro-Sul precisaram ainda de alguns anos para iniciar lutas de envergadura. Mas elas teriam de chegar fatalmente, assim como é inevitável no sistema burguês o antagonismo entre capital e trabalho. O levante de Guariba, a 15 de maio, foi o marco. Desde então dezenas de greves se sucedem no setor, em São Paulo, Goiás, Paraná, Minas Gerais. E este despertar tem importância estratégica para toda a luta dos trabalhadores, no campo e na cidade.

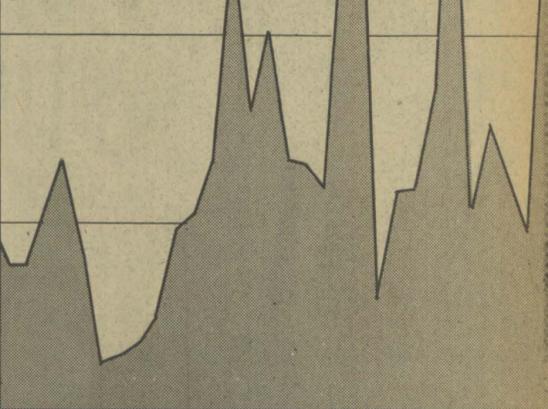
TABELA 3

Os canaviais de todo o país

ÁREA COM CANA DE AÇÚCAR (1.000 ha)

BRASIL	1975		1984*		Aumento
	1975	1984*	1975	1984*	
BRASIL	1969	3.840	95,0%		
Nordeste	766	1.216	58,8%		
Maranhão	14	26	86,1%		
Piauí	13	12	-2,5%		
Ceará	70	43	-37,5%		
Rio Grande do Norte	19	55	189,4%		
Paraíba	60	159	155,8%		
Pernambuco	267	400	49,7%		
Alagoas	227	428	87,9%		
Sergipe	16	17	4,4%		
Bahia	77	73	-5,5%		
Sudeste	1.059	2.289	116,0%		
Minas Gerais	254	252	-0,8%		
Espírito Santo	20	40	81,9%		
Rio de Janeiro	162	220	35,8%		
São Paulo	621	1.776	186,0%		
Sul	104	185	77,9%		
Paraná	45	130	185,0%		
Rio Grande do Sul	37	34	-8,2%		
Santa Catarina	21	21	0,0%		
Centro Oeste	23	149	537%		
Mato Grosso	—	56	—		
Mato Grosso	7	24	952,9%		
Goiás	15	67	341,7%		

Altos e baixos no aumento do número de trabalhadores volantes na agricultura paulista



O medo dos usineiros

O sr. Lamartine Navarro Júnior, diretor da Destilaria Alcídia e membro do Conselho Nacional de Energia, veio recentemente a público acusar o governo Montoro de "socializante" e de pretender "a transformação das propriedades" canavieiras "em fazendas coletivas". E tudo devido a uma simples proposta de condicionar a instalação de novas destilarias em São Paulo ao cumprimento das leis trabalhistas e dissídios coletivos.

Segundo o sr. Lamartine, "é preciso não perder de vista que o Proálcool é obra da livre iniciativa e não pode ficar à mercê de consultas burocráticas e de decisões sindicais, pois assim se subverteria toda a sua estrutura de concepção capitalista".

O sr. Lamartine não tem por que alar-se. O acordo de Guariba, conquistado pelos assalariados da cana, não subverte o capitalismo. Quando muito afeta um pouco a superexploração, ao garantir alguma melhoria salarial e o fim do extenuante método das sete ruas.

Os trabalhadores da cana vão fazendo assim seu aprendizado de classe. No fundo, por sua situação objetiva, eles pertencem ao proletariado e ao semiproletariado do campo. Instruídos por Guariba, formulam reivindicações que se assemelham às da classe operária urbana. Quando essa consciência classista amadurece, aí sim os senhores do Proálcool terão motivo para perder o sono com medo das fazendas coletivas.

DE OLHO NO LANCE

Reino da mordomia

Dizem que o general Figueiredo enjoou de ser presidente. Farto de governar, há tempos só trabalha seis horas por dia e quatro dias por semana, enquanto não chega a hora ansiada de deixar a Presidência.

Mas o general não mostra o mesmo fastio diante dos gozos e ostentações que o cargo lhe traz, como comprovou a sua última *tournee* pelo Nordeste. Em Petrolina, cidade do sertão pernambucano castigado pela miséria, o homem foi recepcionado com uma festança para mais de 600 convivas que lotaram todos os hotéis e pensões do lugar, comeram churrasco feito com carne importada da Argentina, por via aérea, e tiveram seus gastos generosamente pagos pela Embra, com dinheiro dos cofres públicos. Já em Salvador, Figueiredo ocupou nada menos que cinco andares do luxuoso hotel Meridiên, requisiou 50 opalas oficiais para a comitiva e ainda mobilizou um terço dos efetivos da PM para sua segurança...

Pode-se argumentar que não são esses gastos que afundam a nação na crise. Certo. A Revolução Francesa também não aconteceu porque Maria Antonieta aconselhou o povo a comer bolos já que não tinha pão.

Essas coisas funcionam, contudo, como símbolos. As mordomias são hoje a marca registrada, repelente e odiosa do governo dos militares.

Polícia expulsa posseiros em Manga para latifúndio

Mais de 20 homens armados com escopetas e mosquetões, junto com um delegado de polícia, invadiram uma pequena ilha do rio São Francisco, perto da cidade de Manga, norte de Minas, para expulsar 80 famílias de trabalhadores rurais. O despejo foi a pedido da empresa grileira Sotebra/Catelda, que quer se apossar daquelas terras que são do Estado.

Os lavradores de Manga foram agredidos fisicamente pelo delegado regional de Janaúba, Vicente Lemos de Oliveira, que na sua fúria repressiva mandou destruir todas as plantações. O posseiro Izídio Francisco Lopes conta por que trabalhava naquela terra: "Nós plantamos nessa ilha porque estávamos passando fome. Os soldados da empresa entraram nas terras nossas e nos colocaram para fora a pontapé, como cachorros. O nosso trabalho começou aqui em agosto de 1983 porque sa-

bemos que isso aqui é terra do Estado".

Izídio denunciou também o espancamento de seu companheiro Raimundo de Camilo por parte do delegado Vicente de Oliveira. O posseiro se recusou a assinar um documento e então foi esmurrado na cara e algemado, em seguida.

"QUEREMOS PLANTAR"

São 80 famílias que dependem desta terra (cerca de 100 hectares) para sobreviverem. O posseiro Domingos Souza Duarte diz que estava trabalhando numa área de duas ta-

refas ou 60 braças, preparando a terra para o próximo período de plantio. Com lágrimas nos olhos, observa a fileira de homens armados para desalojá-los e comenta: "Moço, a terra é nossa. Nós aqui somos todos fracos. Pescando uma piaba aqui, acolá. Plantando milho, feijão, abóbora, mandioca, melancia. E assim a gente vai levando".

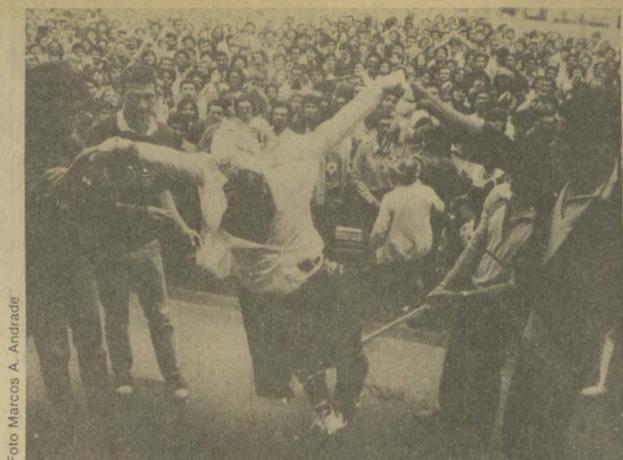
TERRA DO ESTADO

Dona Marcionília, esposa de Domingos, afirma que "queremos a terra para plantar, para que nós possamos viver e alimentar os nossos filhos, evitando que eles fiquem aí pedindo e furtando dos outros. Essa terra aí foi o rio quem fez". Carlito Cordeiro da Rocha, também expulso da ilha, diz que entrou para esta terra porque sabia que ela era

do Estado e estava lá sem ninguém para cultivá-la.

Amâncio, fiscal de terras da Ruralminas, confirma que aquela porção de terras na ilha é do Estado. "Cabe às autoridades — diz o fiscal — fazerem valer o direito dos posseiros, pois a terra é do Estado, não podendo a empresa Sotebra/Catelda usar de violência para expulsar os trabalhadores rurais que estavam lá".

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manga, Francisco Vitor da Silva, convocou os lavradores para elaborar um documento que será enviado ao governador e a várias entidades democráticas da região. Francisco afirma: "A terra é pra quem nela trabalha e não pra servir apenas aos interesses do grande latifúndio". (da sucursal)



Boneco da ministra Esther Ferraz sendo queimado em São Paulo

Avança mobilização dos grevistas das autárquicas no país

As ameaças da ministra da Educação, Esther Ferraz, contra os professores, servidores e médicos-residentes das universidades federais autárquicas que estão em greve há mais de dois meses não os amedrontaram. Ao contrário, as diversas manifestações e assembleias ocorridas em vários pontos do país mostraram a disposição dos grevistas de lutar até conseguirem o atendimento de suas reivindicações: aumentos semestrais com base em 100% do INPC; reposição salarial de 64,8% a contar de janeiro deste ano, piso salarial de três salários mínimos para os servidores; e mais verbas para a universidade.

No dia 17, Esther Ferraz anunciou a implantação do reajuste semestral. Essa medida ainda não contentou os grevistas, pois a ministra não explicitou como será definida essa semestralidade. Wolfgang Leo Maar, da diretoria da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (An-

des), é taxativo: "A ministra, em vez de água, está pondo mais gasolina na fogueira, pois seu anúncio não traz nenhum avanço às reivindicações dos docentes".

Um dia após o anúncio da ministra da Educação, os docentes e servidores das autárquicas fizeram uma gigantesca passeata pelas ruas de Recife, com cerca de oito mil pessoas, convocada pelo comitê de apoio à greve, que engloba 70 entidades. A principal palavra de ordem foi: "O povo está na rua, a greve continua". Em diversos outros Estados, como São Paulo, Rio, Minas Gerais, Santa Catarina, tem havido manifestações. No Rio Grande do Sul, os médicos residentes, professores e servidores fizeram uma passeata dia 12, com cerca de três mil pessoas pelas ruas de Porto Alegre. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, dia 17, numa assembleia com três mil professores e servidores decidiu-se continuar a greve.

Despejo de lavradores em Cascavel

O despejo de mais 10 famílias de arrendatários da Fazenda Jangadina, latifúndio de 405 alqueires a 25 quilômetros de Cascavel, decretada pelo juiz Jorge Sato, fez aumentar o drama e a fileira dos milhares de agricultores sem terra do oeste do Paraná. Os colonos têm um prazo de oito meses para deixarem definitivamente o imóvel; caso contrário, "será promovida a competente ação judicial".

A ordem de desocupar a área foi requerida pela proprietária do imóvel, Maria Angélica Banwart, residente em São Paulo. Ela alega que "não há mais interesse em manter o contrato de parceria (que é verbal) com os colonos". Segundo o próprio administrador da Fazenda, "a patroa vai plantar pasto para criar bois e éguas".

SEM DIREITOS

Depois de se aproveitar do

trabalho dos arrendatários por dez anos, o latifúndio os expulsa sem nenhum direito. As 10 famílias de colonos plantavam basicamente feijão e milho. Cabiam a elas roçar, limpar a terra, comprar a semente, o adubo, plantar, colher, trilhar e depois entregar sem nenhum ônus um quarto da produção ao proprietário. As áreas variavam de 2 a 5 alqueires e geralmente ficavam em locais difíceis de se plantar.

Assim fazia sistematicamente o alagoano Ataíde Vieira Machado, 10 filhos, há 12 anos no local. Revoltado com a ordem de despejo, ele saiu com um louco da Fazenda, trocou seu barraco por um revólver Taurus e com o dinheiro das criações — galinhas, porcos e seis vacas — vendidas quase de graça, comprou nove passagens (Cr\$ 47 mil cada) para o Estado de Rondônia. Machado saiu novamente em busca da terra prometida, onde a fatura há de vir, como sonhou quando saiu do Nordeste e não se concretizou no Sul.

"DE CORTAR O CORAÇÃO"

Os irmãos José e Adriano de Lima, proprietários de 35 alqueires que fazem divisa com a fazenda, falam da partida do alagoano: "Foi de cortar o coração da gente". Tristes, argumentam: "Pra ele, não tinha tempo ruim. Trabalhava quase sem descanso. Sempre pagava direitinho a renda do patrão". E se posicionam sobre o assunto: "É uma injustiça o que estão fazendo. Somos contra porque tiram da boca do pobre para

engordar ainda mais os ricos".

O mineiro José de Andrade, pai de seis filhos, há nove anos tocando cinco alqueires, em poucas palavras exprime o drama deles: "Amansamos esta terra braba e de repente, sem nenhuma razão, aparece um papel dizendo que temos que sair sem nenhum direito e mais pobres do que entramos".

PROBLEMA GRAVE

Três municípios do oeste paranaense — Cascavel, Medianeira e São Miguel do Iguçu — recentemente tiveram despejos de posseiros de suas terras, muitos deles com violência por parte da PM. O jornalista Juvêncio Mazzarollo, diretor do jornal *Nosso Tempo*, de Foz do Iguçu, denunciou esta situação: "A existência de multidões de famintos num país onde a terra é abundante e generosa constitui um escândalo sem paralelo". E cita o oeste do Paraná como um péssimo exemplo do uso da terra: "A fome existente na região é um crime social de extrema gravidade, porque isso poderia ser admissível num deserto, mas não sobre as terras classificadas entre as mais férteis do mundo". (Mário Luiz Milani — Cascavel, Paraná)



Agricultores exigem um pedaço de terra em São Miguel do Iguçu. Mazzarollo: "É um crime social"



Adônis, um dos líderes do Centreville, fala na assembleia.

Moradores festejam seu segundo ano no Centreville

No último dia 15, os moradores do Conjunto Habitacional Centreville comemoraram, com uma quermesse e uma assembleia, o 2º aniversário de ocupação das casas do Conjunto, financiadas pelo governo mas abandonadas havia cinco anos. João Batista, presidente da Associação dos Moradores do Centreville, relembrou os personagens que participaram da ação que levou à tomada das casas pelos trabalhadores e destacou a presença combativa das mulheres, que enfrentaram com bravura a repressão policial acionada contra os ocupantes.

Da comemoração participaram Alberto Janiani, presidente da Sociedade Amigos do Bairro de Santo André, Maria da Penha, da União de Mulheres do Centreville, e um representante da Comissão pela Legalidade do PC do Brasil.

Maria da Silva destacou: "Nós não podemos parar a nossa luta, até porque é incen-

tivo para que outras regiões também entrem na luta". Os moradores do Centreville, entusiasmados, gritavam: "Não vamos abrir mão, Centreville é do povo!"; "O povo unido jamais será vencido".

Na assembleia foi eleita uma comissão que vai negociar com a Caixa Econômica de São Paulo e com o síndico da massa falida do Centreville a compra das casas pelos seus atuais moradores, de acordo com suas possibilidades de pagamento. A negociação será iniciada ainda em julho.

Os moradores ainda resolveram adotar como "Hino do Centreville" a música cantada por Elba Ramalho que diz "Não tem carranca, nem trator, nem alavanca, ninguém arranca nós aqui deste lugar". Foi homenageada, no ato, Sueli, uma das batalhadoras pela creche do Centreville, que faleceu recentemente durante o parto. (Grupo de apoio à TO no Centreville)

Fazenda São José, palco de 21 anos de luta no RJ

Está previsto para os dias 18 e 19 de agosto o Encontro de Lavradores de Cachoeiras de Macacu, no Estado do Rio de Janeiro. Nele, os camponeses, ao tratarem de temas da atualidade, também voltarão seus olhos para as gloriosas lutas pela posse da terra ocorridas na região em passado recente.

Em meados de 1963, sob a orientação do experimentado líder camponês João Corrêa, 220 famílias organizaram-se para ocupar a Fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu. Deram início, então, a uma acirrada luta pela posse da terra que já dura 21 anos.

Em novembro daquele ano, ocorreu a ocupação. A polícia do governador Roberto Silveira

entrou em cena e os camponeses foram expulsos. Mas intensificaram a luta e, em janeiro de 64, o presidente João Goulart baixou decreto desapropriando a Fazenda.

Veio o golpe, em abril de 64, e as famílias foram violentamente expulsas de suas terras, numa ação comandada pelos militares Saraiva e Amauri (funcionários do Ibra e do Incra), que destruíram as plantações e incendiaram as casas dos trabalhadores. A grilagem se intensificou e, entre 76 e 80, ajudados pelo Incra (que lhes concede documentos fraudulentos), grandes fazendeiros da região transformaram as propriedades Bonança, São Luiz, Riacho e outras em empresas rurais, fugindo à desapropriação.

Em 1980, nova ocupação da Fazenda pelos camponeses foi reprimida pela polícia de Chagas Freitas e 88 lavradores foram presos. Os camponeses continuam a luta e, em 1981, finalmente a Fazenda é mais uma vez desapropriada. Porém a escolha e seleção dos parceiros, bem como toda a administração da Fazenda, ficaram sob a responsabilidade do Incra. Não tardou para que o órgão decidisse transformá-la num pólo viável para a agricultura.

Em função desse projeto, e anteendo o pleito eleitoral de 82, o Incra atende a "apelos" do ministro Amaury Stábile e entra em contato com seu sobrinho, Afonso Bonilo, presidente do Provárzeas Nacional, que trama a arapuca para via-

bilizar a obra pretendida. Sem licitação ou concorrência, foi contratada a construtora Andrade Gutierrez e a Consultoria Agrest, para a execução e planejamento do pólo.

A Gutierrez promoveu uma verdadeira "destruição" na região, do ponto de vista dos camponeses. Quando chove, a área onde foram realizadas as obras transforma-se em uma verdadeira lagoa, comprometendo toda a produção agrícola. Com uma dívida de 18 milhões cada, os lavradores têm passado dias difíceis. Contudo a própria história legou aos camponeses a consciência de que a luta essencial para conquistar a posse da terra, consciência que certamente se faz presente no Encontro de Lavradores.

ATO vai a fundo nos fatos
A **Tribuna Operária** traz semanalmente até você os acontecimentos do dia-a-dia com uma análise rigorosa e sob um ponto de vista do proletariado. Reciba em casa a **Tribuna Operária** fazendo sua assinatura na página 9
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Vence a "Força Metalúrgica" em Alagoas

A Chapa 2, de oposição, venceu as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de Alagoas, dia 12 de julho, no primeiro escrutínio e por ampla vantagem. A campanha da "Força Metalúrgica", oposicionista, foi árdua, marcada por perseguições das empresas e do próprio Sindicato contra seus integrantes. O presidente - agora derrotado - da entidade, Raimundo, "dedurava" operários que faziam campanha da Chapa 2. Só quando faltavam cinco dias para a eleição é que a "Força Metalúrgica" teve acesso à lista dos associados. Numa das principais fábricas, a Mecânica Pesada Continental, a chapa situacionista só teve dois votos.

José Jobson, presidente eleito pela "Força Metalúrgica", disse que "foi uma vitória do trabalho de formiga desenvolvido dentro das fábricas. Tivemos também muitos votos dos companheiros desempregados, que sempre foram revoltados com a falta de ação da diretoria do Sindicato, que nunca abriu a boca contra as demissões em massa".

A vitória marca um avanço da retomada dos sindicatos alagoanos por trabalhadores combativos: dia 4 último, venceu a chapa oposicionista no Sindicato dos Bancários, liderada por Claudionor Araújo. E em 28 de junho, Dênis Agra reelegera-se presidente do Sindicato dos Jornalistas. (da sucursal)

Encol alicia escravos em Goiás

Uma semana após revelar a existência de escravidão numa fazenda em Araguaína, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás volta a denunciar o trabalho escravo, desta vez nas fazendas Inajá Poran e Pará-Garça, da Encol, no Pará. Três trabalhadores - inclusive o presidente do STR de Santa Tereza (GO) - conseguiram fugir dessas fazendas, localizadas em Barreira do Campo (PA). Eles afirmam que pelo menos 150 pessoas estão submetidas à escravidão nas duas fazendas, dentre as quais crianças de 11 a 14 anos.

"Nosso almoço era arroz duro sem catar, feijão duro partindo as bandas e abóbora" - conta o menor Gilson dos Santos, um dos "escravos" que conseguiu fugir para Goiânia. "Nós fomos informados que a lei no Pará era 'lei do diabo'" - desabafa o garoto.

Antônio Dias de Oliveira, outro que conseguiu escapar e que é presidente do STR de Santa Tereza, lembra que não podia "acertar o que era de direito nosso. Tinham ficado de nos pagar Cr\$ 200 mil o alqueire roçado, mas só queriam pagar Cr\$ 150 mil". (da sucursal)

Químicos de Suzano elegem União e Luta

"Vitória da classe operária". Assim Geraldo Pereira Filho definiu o resultado das eleições do Sindicato dos Químicos de Suzano (São Paulo), que colocou a Chapa 1 - União e Luta, presidida por ele, na diretoria da entidade. Foram 819 votos contra 538, garantindo o resultado do pleito já no primeiro escrutínio. Na Hoechst, maior empresa do setor, com 1.500 funcionários (onde trabalham tanto Geraldo quanto o encabeçador da Chapa 2), a Chapa 1 teve 301 votos, contra 132 da concorrente.

No mesmo dia em que saiu o resultado, os integrantes da nova diretoria do Sindicato foram à porta da Hoechst agradecer o apoio e a confiança demonstrados pelos operários: "Os companheiros estavam bastante emocionados" - relata Geraldo, também emocionado. "Nós conclamamos a todos os companheiros - mesmo os que integraram a Chapa 2 ou votaram nela - a se unirem com a diretoria eleita para lutarmos, juntos, contra a exploração patronal e pelos nossos direitos, trabalhistas e políticos. Comprometemo-nos, mais uma vez, na luta pelas eleições diretas para presidente da República e pela unificação do movimento sindical. Afinal, a divisão e o esfacelamento são propostas da burguesia."

Belgo Mineira ataca Sindicato de João Monlevade

Desde o ano passado, o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, em Minas Gerais, vem sofrendo uma série de pressões por parte da empresa Belgo Mineira. A mais grave delas é a ameaça aos trabalhadores associados de perda de emprego, caso não cancelem sua sindicalização. Segundo Leonardo Diniz, presidente da entidade, a empresa já conseguiu cerca de 500 desfiliações no prazo de 60 dias. "Eles começaram com o pessoal da supervisão, passando para os contínuos, pessoal de vigilância e escritório. E a partir do último dia 12 começaram a atuar na produção".

Segundo Leonardo, o sistema usado pela Belgo para conseguir a desfiliação "é o mais descarado possível. Ela exige do trabalhador a assinatura de uma carta de desfiliação sob a ameaça de ser mandado embora".

VÁRIAS REPRESÁLIAS

Em junho do ano passado, a empresa começou a reprimir o Sindicato, em represália à atitude dos operários e da entidade que não aceitaram sua proposta de redução do salário em 50%. Uma série de medidas fo-

ram tomadas, atingindo conquistas de lutas anteriores. Cortaram a remuneração de quatro diretores sindicais que pelo acordo vigente deveriam ser liberados a serviço do Sindicato. Na base da ameaça, fizeram com que vários abrissem mão de direitos adquiridos em causas trabalhistas ganhadas, já em fase de execução. Cancelaram o anuênio de 2% sobre os salários e reduziram a tarifa adicional noturna. Aumentaram em 1.250% o ticket do custo de refeição; cortaram todos os descontos autorizados de associados em favor do Sindicato; reduziram o prêmio de retorno de férias e cortaram a complementação do auxílio previdenciário.

Mas, para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, o grande problema é a ameaça aos sindicalizados. Segundo Leonardo, "o perigo está na proliferação desta prática por parte de outras empresas". Apesar desta medida ir contra o artigo 199 do Código Penal e de o Sindicato já ter entrado com duas queixas na Polícia Federal, nenhuma providência foi tomada pelas "autoridades". (da sucursal)



Nilson Bahia, presidente do Sindiquímica

CUT prepara reunião para aprofundar a divisão sindical

Prosseguindo em sua meta de dividir o movimento sindical, os dirigentes da CUT convocaram para os dias 24, 25 e 26 de agosto o congresso dessa articulação, em São Bernardo. Na pauta do encontro não consta a reunificação da CUT e Conclat, anseio expresso pelos trabalhadores em inúmeras oportunidades.

Os critérios de participação no congresso da central sindical ligada ao PT é tão anti-sindicato, que chegam a autorizar que nove pessoas escolham três "representantes" de sua categoria ao encontro da CUT, independentemente de serem ou não sindicalizados!

Na Bahia, integrantes da CUT chegaram inclusive a tentar impor a realização de um Congresso Estadual de Trabalhadores num prazo inferior a 20 dias, visando

enquadrar-se no calendário da central petista. Em resposta, 13 sindicalistas baianos, entre eles o presidente do Sindiquímica, Nilson Bahia; o presidente do Sindicato dos Têxteis, Daniel Gomes; o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, José Costa; e o vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Aloísio Carneiro, divulgaram um documento em que afirmam, entre outras coisas:

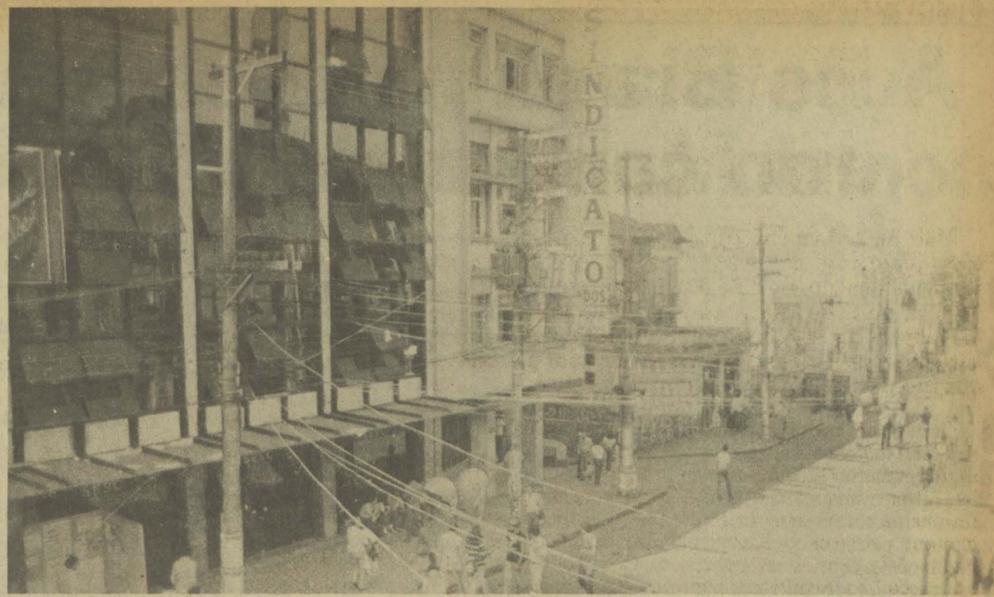
"Esta posição intransigente, irresponsável e aventureira, acima de desconsiderar a situação concreta dos trabalhadores e do movimento sindical baiano, situação esta caracterizada pelo imobilismo imposto, em grande parte, por eles mesmos à Intersindical da Bahia no último ano, pretende coroar o processo de divisão e liquidação do movimento sindical unitário que vinha sendo construído há 5 anos no nosso Estado.

"Uma das coisas que está por trás destas posições é a concepção de basear o movimento inter-sindical em indivíduos, marginalizando as entidades sindicais.

"Os trabalhadores, no fazer de sua história, cobrarão firmemente a responsabilidade da posição assumida e dos prejuízos causados pelos divisionistas".



Daniel Gomes, do Sindicato dos Têxteis



Não houve tumulto na Rua do Carmo no segundo escrutínio, evitando-se os métodos violentos da Chapa 2

Metalúrgicos rechaçam pancadarias da Chapa 2

Nesta quinta-feira, dia 19, encerra-se o segundo escrutínio da eleição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Na primeira votação ganhou a Chapa 1 com uma vantagem de 3.601 votos, o que desestruturou a chapa adversária. Desta vez o pleito transcorreu tranquilamente, para desgosto da Chapa 2, que promoveu um clima de guerra na primeira votação.

Chamou atenção no primeiro escrutínio a onda de violência e vandalismo incentivada pela Chapa 2 com o claro objetivo de impedir o voto democrático dos associados. Prevendo a derrota nas urnas, principalmente nas dez instaladas na sede sindical, a Chapa 2 se utilizou de velhos métodos do peleguismo. Na tarde do dia 5, por exemplo, seus apoiadores usaram pedras e paus contra os concorrentes, o que resultou num grande tumulto na Rua do Carmo, com mais 60 operários feridos.

Para evitar a repetição desta cena lastimável, o Sindicato e outras entidades democráticas e populares viram-se obrigados a pedir policiamento preventivo em frente à sede sindical para garantir o pleito. Nos quatro dias do segundo escrutínio, a votação transcorreu sem provocações e incidentes, o que tranqüilizou os sindicalizados, mas irritou vários membros da Chapa 2. Tirando a máscara e demonstrando serem os verdadeiros interessados na pancadaria, estes elementos alegam que a ação preventiva prejudica eleitoralmente a Chapa 2!

DESGASTE ELEITORAL

A pancadaria do dia 5 desgastou a Chapa 2 no segundo escrutínio. Em várias fábricas operários criticaram a ação que joga trabalhador contra trabalhador, repudiando os métodos antide-

mocráticos. Mesmo nas hostes petistas - partido que apóia a Chapa 2 - houve críticas aos métodos "que relembram o peleguismo", conforme confidenciou um apoiador da Chapa 2. O próprio dom Paulo Evaristo, cardeal de São Paulo, não renovou sua conclamação, na imprensa burguesa, para que os fiéis votassem na chapa de Hélio Bombardi. Por outro lado, as providências tomadas para evitar transtornos no Sindicato ampliaram a votação na sede. Tudo indica que a Chapa 1, Unidade na

Luta, deve manter ou ampliar sua votação.

Mesmo a Chapa 2 já dá como certa a derrota. Tanto que mudou sua propaganda nos últimos dias. Agora seu alvo são as "fraudes eleitorais", como que se desculando pelo fracasso e tentando manter seu bloco unido. Afirma levemente que "nesta eleição o metalúrgico pode votar várias vezes", contudo não apresentou nenhuma prova concreta na entrevista coletiva convocada para o último dia 13. "Todas as urnas têm mesário da Chapa 2 e nenhum deles pediu impugnação ou observou alguma irregularidade", informa Geraldino, membro da Chapa 1, que concluiu: "Eles estão inventando argumentos para depois justificarem a derrota".

OPINIÃO

Discurso anticomunista

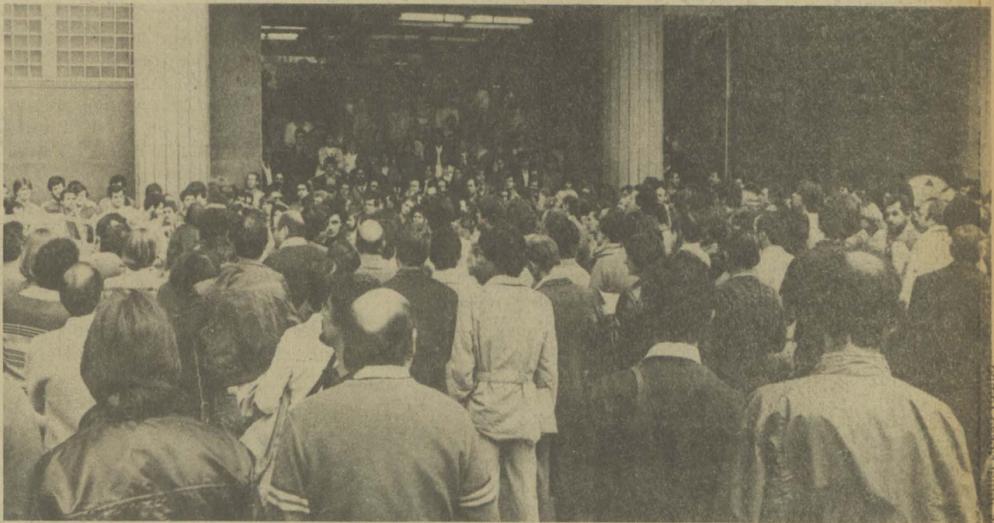
O jornal Folha de São Paulo, após fazer propaganda aberta para a Chapa 2, resolveu abrir espaço para as duas chapas na edição do dia 15.

De um lado, defendendo as propostas da Chapa 1, Joaquim Andrade centra fogo no regime dos generais. Afirma que "a primeira rodada da eleição demonstrou o claro sentimento de oposição dos trabalhadores ao regime de esbulho nacional que o governo militarista impôs ao Brasil".

Já Hélio Bombardi, expressando opiniões majoritárias da Chapa 2, não diz uma palavra

contra o regime militar e concentra todo seu ódio nos comunistas. Sem nenhum argumento sólido e real, forja calúnias, tentando explorar a indústria do anticomunismo. Também ataca a Tribuna Operária, mas nada fala sobre as denúncias publicadas no jornal, que dão conta que ele furou a greve da Irlemp em 1º de julho de 1983.

É bom lembrar que as pancadarias no primeiro escrutínio e o discurso anticomunista, praticados pela Chapa 2, são caldo de cultura para posições fascistas, incompatíveis com a classe operária.



Manifestação dos bancários de Porto Alegre, que estão em "estado de alerta" para conquistar o anuênio.

Bancários do BB lutam por anuênio

Os 120 mil funcionários das 2.400 agências do Banco do Brasil espalhadas pelo país vivem a expectativa em torno da conquista do anuênio (gratificação salarial anual) para a categoria, que poderá ocorrer no próximo dia 27. Nesse dia, reúne-se o Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS), que vetou o anuênio proposto pela própria diretoria do Banco do Brasil, mas que agora está sendo pressionado pela luta dos bancários.

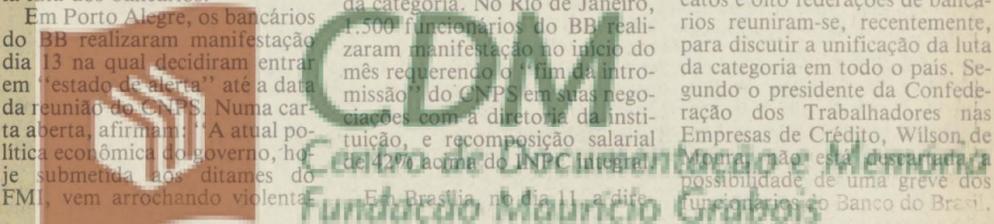
Em Porto Alegre, os bancários do BB realizaram manifestação dia 13 na qual decidiram entrar em "estado de alerta" até a data da reunião do CNPS. Numa carta aberta, afirmam: "A atual política econômica do governo, hoje submetida aos ditames do FMI, vem arrochando violenta-

mente o salário dos trabalhadores, com uma queda acentuada no seu nível de vida. O mesmo ocorre com os funcionários do Banco do Brasil, agravado ainda mais com o fato de o Banco não cumprir com os dissídios da categoria".

Também em São Paulo foram realizadas várias manifestações pelo anuênio, exigindo, igualmente, que o Banco do Brasil submetesse aos acordos coletivos da categoria. No Rio de Janeiro, 1.500 funcionários do BB realizaram manifestação no início do mês requerendo o "fim da intromissão" do CNPS em suas negociações com a diretoria da instituição, e recomposição salarial de 42% acima do INPC (Índice de Preços ao Consumidor) de 1983. Em Brasília, no dia 11, a dife-

ção do BB não titubeou em chamar mais de dez camburões para a porta do banco, em sua ânsia de impedir que os funcionários realizassem um ato em defesa do anuênio. Mas isso não bastou para evitar a manifestação de cerca de 2 mil bancários pelos seus direitos. Os manifestantes repudiaram a carta que receberam da diretoria do BB ameaçando demitir trabalhadores.

Em Belo Horizonte, 32 sindicatos e oito federações de bancários reuniram-se, recentemente, para discutir a unificação da luta da categoria em todo o país. Segundo o presidente da Confederação dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, Wilson de Moura, não era uma possibilidade de uma greve dos funcionários do Banco do Brasil.



Aços Brasil: patrões fazem acordo com máquina parada

Os operários da Aços do Brasil fizeram greve durante uma semana. A empresa vai ser desativada e os operários serão desempregados. A greve conquistou importantes vitórias parciais.

Os grevistas paralisaram a produção, a manutenção e a administração. Nenhum carro entrava ou saía da fábrica. Não houve carregamento ou descarregamento de quaisquer produtos. Durante uma semana os operários se transformaram em dirigentes da empresa, paralisando e controlando totalmente a fábrica. A polícia, que apareceu toda afobada com metralhadoras, cassetetes elétricos e bombas de gás lacrimogênio e efeito moral, diante da firmeza dos operários baixou o

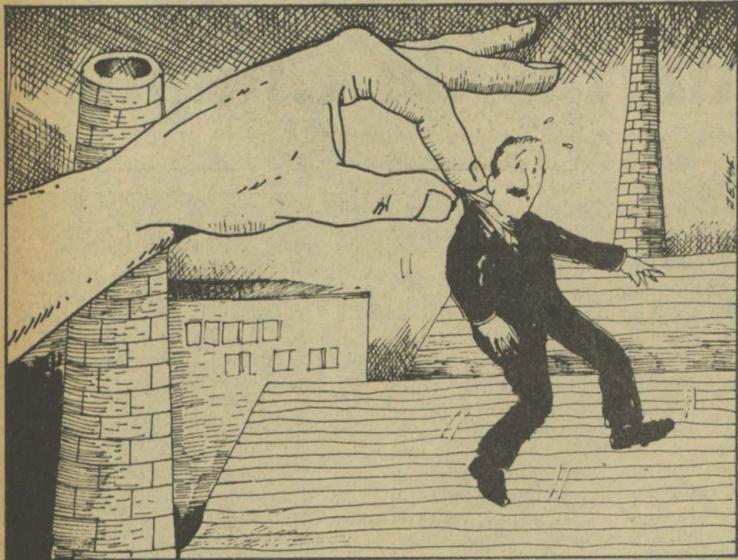
fogo e se retirou com o rabo entre as pernas.

Os operários organizaram plantão com turnas de revezamento para garantir a vigília dentro da fábrica de manhã, de tarde e de noite, durante todo o processo da greve. Os operários juntos comiam a mesma comida que traziam de casa. Era um por todos, todos por um. A direção da empresa cortou os transportes, tentando esvaziar a ocupação da fábrica pelos grevistas, mas a ocupação continuou. Os operários pegavam carona em ônibus de outras fábricas; os que tinham carro próprio colaboravam. Todos participaram intensamente da greve, inclusive funcionários do escritório. Alguns operários levaram os familiares para a fábrica.

Os operários fizeram uma pauta de reivindicações com sete pontos, onde se destacava a exigência de 12 salários adicionais e 12 meses de assistência médica. Os patrões atenderam parcialmente da seguinte maneira: a) para quem ganha até Cr\$ 393.563,00, compensação de cinco salários ao funcionário na época da demissão; b) para quem ganha acima dessa quantia, compensação de quatro salários; c) 10 meses de assistência médica gratuita.

Os operários só retornaram ao trabalho após o acordo estar assinado e protocolado na Delegacia Regional do Trabalho. A empresa foi obrigada a negociar com as máquinas paradas.

A Aços do Brasil pertence ao poderoso grupo Eluma. E vendeu o maquinário da empresa para a multinacional Armco. A Aços do Brasil produz laminado cobreado que, depois de transformado em tubos, é usado na indústria automobilística. Ao comprar a empresa, a Armco elimina concorrentes. Depois transformará o maquinário moderno, com apenas 14 anos de existência, em sucata. Assim, o Brasil será obrigado a importar laminado cobreado das empresas Armco dos EUA. A Armco é a mesma que comprou o moderno estaleiro da Equipetrol na Bahia e depois o fechou, desempregando cerca de 1.200 operários. Nos últimos 12 meses, já foram desativados diversos estaleiros. Em 1982, cerca de 60% dos metalúrgicos baianos foram demitidos. Em 1983, mais de 11 mil operários com mais de um ano fizeram homologação das rescisões contratuais no Sindicato. É o terror do desemprego que campeia na categoria. Nas demissões em massa tem havido greve. (Renildo de Souza, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia)



Presas cariocas pedem SOS

Onde estão os direitos humanos? Comer, dormir e sermos maltratados? Isto aqui está uma vergonha; é como se não houvesse diretor. Este, o diretor do Presídio, Dr. Célio, nunca deu uma preleção e, quando marcamos audiência, só depois de um mês ele nos chamou, mas nunca conseguimos nossos objetivos. Aqui quem manda são os chefes. O que eles fizeram o diretor aceita. Somos tratadas com palavrões, como se fôssemos prostitutas ou coisas piores. Quando estamos tomando banho eles invadem nossos cubículos e quando vamos reclamar eles botam a gente no castigo.

Não respeitam o parágrafo penal onde diz que as internas têm de ser tratadas com respeito e moralidade. Estamos sendo tratadas como vermes. Não temos assistência médica, não temos viatura para casos de emergência. Aqui é vale quanto pesa. Quem tem dinheiro tem valor: se não tem, é oprimida, é massacrada.

Estamos estranhando muito este tratamento, porque a chefia anterior nos tratava com respeito, como seres humanos. E não tinha divisão de nível. Todas éramos tratadas por igual.

Dia 14 de abril, teve uma festa aqui em homenagem ao Dia da Mulher Encarcerada; inclusive a turma de patinação do clube Flamengo esteve presente e trouxe muitos presentes entregues ao diretor. Nada recebemos. A doação foi dividida entre os funcionários e a "comissão de frente" - grupo de pessoas que recebe tratamento privilegiado por parte da direção do pre-



sídio. Fomos obrigadas a ficar de boca fechada.

Agora não dá mais para calar. Queremos desabafar, estamos sufocadas. A cada dia que passa as injustiças aumentam e muitas têm medo da repressão, medo de serem espancadas. Estamos pedindo SOS urgente! Os nomes dos chefes são: Válder de Almeida, Alcindo Mattos (estes têm pelo menos 2 processos por crime de morte em outros presídios) e Altamiro. Tem outro, mas ele é neutro.

Há internas com cadeia acabada que ficam 5 meses esperando alvará de

soltura. Queremos fazer uma pergunta: Interna com cadeia grande pode ir no extra-muro? Porque aqui só estão indo mulheres com 40, 25, 15, 9 anos de cadeia, sem ter cumprido um terço da pena. E outras que já estão com cadeia quase acabando não têm esse privilégio. Isto é justo?

E isso tende a piorar porque a administração acha que temos que ser tratadas como bichos. E nós não queremos esse tratamento. Queremos nossos direitos humanos. Fora a repressão e o massacre! SOS! (grupo de presas do Instituto Penal Talavera Bruce - Rio de Janeiro)

categoria é conquistar o cartão de ponto com o pagamento das horas extras, e o ticket de refeição.

Os companheiros da diretoria do Sindicato do Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo estão trabalhando com seriedade por estas reivindicações e também pela estabilidade da Comissão de Negociações formada por representantes dos trabalhadores das 3 unidades da Ultragás. (diretores do Sind. do Comércio de Minérios e Deriv. de Petróleo no Est. de S.P.

ra sair do caos em que se encontra. Basta eleger um presidente que de fato queira governar, tenha nas veias o sangue de Tiradentes, com aquela sinceridade e patriotismo a toda prova, caracterizada no que disse para perplexidade de seus algozes: "Se mil vidas eu tivesse, mil vidas eu daria".

Seria bom que o povo insistisse no congelamento dos preços. O governo não teria apoio para aumentar os impostos, o preço da água, da energia, do telefone etc. O uso adequado do que temos e uma direção segura e patriótica de homens que realmente sejam brasileiros é suficiente. (J. Pita - São Paulo, SP)



fala o POVO

res: em Crato, no Ceará, um jovem foi morto sem nenhuma razão que pudesse sequer atenuar a responsabilidade das autoridades. (Olivia Rangel)



Polícia Civil assassina jovem na cidade de Crato

No último dia 22, no Crato, sul do Ceará, a Polícia civil arbitrariamente espancou com murros e pontapés o jovem Fernando Sávio, de 21 anos. Depois de violentamente machucada, a vítima, que sofria de epilepsia, foi algemada tendo seus pulsos cortados; foi arrastada até a delegacia local onde permaneceu até o dia seguinte.

Em virtude do espancamento, o jovem Fernando sofreu escoriações em todo o corpo, o que contribuiu para sua morte no dia 1º de julho, provocando revolta em toda a cidade de Crato. O jovem era muito querido, pois participava ativamente de movimentos estudantis e comunitários.

No dia 2, o jovem morto pela Polícia Civil foi sepultado no cemitério local. Grande número de pessoas compareceu ao enterro, levando faixas e cartazes com dizeres como "Abaixo a ditadura e a Polícia Civil"; "Mais uma vítima da repressão policial"; "É nesse luto que começamos nossa luta". As faixas eram assinadas por entidades presentes, como a União dos Estudantes do Crato, a Associação dos Deficientes Motores, Associação dos Profissionais em Estabelecimentos Oficiais do Ceará, Tribuna Operária etc.

O presidente da Câmara Municipal do Crato afirmou: "Crimes como este envergonham nosso povo e comprovam

mais uma vez o verdadeiro papel dos órgãos de segurança pública existentes".

Após o enterro, dezenas de manifestantes saíram em passeata gritando palavras de ordem contra a violência institucionalizada. Cantaram o Hino Nacional em frente à cadeia e seguiram para a Prefeitura. O prefeito prometeu interceder junto ao Secretário de Segurança Pública e ao governador visando a punição dos envolvidos no assassinato.

Nas emissoras locais sucederam-se notas de protesto contra o acontecimento. O Delegado Especial de Polícia do Crato ameaçou processar todos aqueles "que acusam a Polícia Civil", que tem "a importante função de assegurar a segurança pública contra ladrões e maconeiros". O delegado terá que processar toda a população, inclusive a Câmara Municipal e a Prefeitura local e provar que Fernando era ladrão e maconeiro. Vale salientar que durante os acontecimentos a população comenta que a Polícia Civil é responsável também por 3 assassinatos. Alguns policiais se chamam entre si de "torturador" comprovando a prática de tortura nos porões da delegacia local. Nossa cidade virou um verdadeiro campo de concentração onde os espancamentos, torturas e assassinatos viraram prática costumeira. O clima é tenso e contagia toda a população de Cariri. (amigos da TO em Cariri - Ceará)

Diretor de colégio persegue amigos da Tribuna Operária

Há algum tempo, o diretor do Colégio Diocesano do Crato, no interior do Ceará, juntamente com os coordenadores — dois sargentos da Polícia Militar local e o puxa-saco Bolinha —, vem perseguindo os estudantes e funcionários daquele estabelecimento de ensino, proibindo-os de lerem o jornal Tribuna Operária por achá-lo subversivo. O reacionário e puxa-saco Francisco Pereira Gomes, o "Bolinha", com sua falsa amizade, está entregando aos militares, e estes ao diretor, os alunos e funcionários que compram e lêem a Tribuna Operária. Dai o diretor já expulsou vários alunos e demitiu funcionários ilegalmente só por serem leitores do jornal.

Ultimamente, um funcionário, Elmar Júnior, vítima dessa perseguição, foi acusado de ser leitor da Tribuna Operária e agitado, numa reunião improvisada para reprimê-lo e ameaçá-lo. Nesta mesma reunião, ele foi acusado também de chegar atrasado 15 minutos, embora

cheguem, às vezes, atrasados cerca de meia hora. O próprio Bolinha, que é repudiado por todos os colegas, chega atrasado diariamente ao trabalho.

Os demais funcionários, solidários com o companheiro Elmar, protestam e querem denunciar em público essas arbitrariedades, embora tenham as ameaças de demissão, como no caso do companheiro e amigo Rafael Lima, que não se intimidou com as ameaças e denunciou, sendo demitido.

Nota-se que essas acusações e arbitrariedades cometidas pelos reacionários nada resolvem: cresce mais ainda o número de solidários com as vítimas e a revolta é geral.

Nós estamos repudiando e vamos lutar por ensino público e gratuito, mais escolas públicas e melhores condições de ensino. (grupo de alunos do Colégio Diocesano do Crato, amigos do TO - Crato, CE)

Na Ultragás jornada é de 14 horas

A Ultragás, distribuidora de gás engarrafado em São Paulo, superexplora seus funcionários.

Mas a animada e combativa assembléia do dia 12/7, que contou com a presença de mais de 500 companheiros da Ultragás — Osasco, Moóca e Ipiranga —, unindo às diretorias do Sindicato dos Motoristas de São Paulo e do Sindicato no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo, serviu para mostrar a força e a disposição da categoria em acabar com essa situação.

Os operários da Ultragás trabalham de 13 a 14 horas por dia, sem receber um tostão de hora extra. Isto porque a companhia não permite a marcação do ponto e o trabalhador não tem como comprovar o número de horas trabalhadas. Além do que o "gaseiro" sai às ruas sem horário de almoço e tem que comer a comida fria, pois a companhia entrega as refeições das 5:20 às 6:20 da manhã, quem não retirou a marmita fica sem comer.

Por este motivo, a grande batalha da

falando em milagre brasileiro que nunca existiu. Estão caladinhas agora. Somos as cobiças nas mãos desse governo que age às apalpadelas para ver se descobre aquilo que sua visão e conhecimentos não lhe proporcionam.

Muita gente já concluiu que o atual presidente não se interessa por governar o país. Se não se interessa pelo cargo, por que não renuncia a ele, deixando a vaga para quem não atrapalhe? Se não se interessa pelo governo, pouco se lhe dá que o país sucumba debaixo da bancarrota total e os delírios e malufos continuem gordos, bem apanhoados, rindo da miséria do povo e tapando os ouvidos para as vozes que se levantam para vaiá-los.

O Brasil tem condições até de sobra pa-

Brasil precisa de presidente patriota

A desconcertante e contraproducente política de aumento de salário é a responsável por todas essas greves que de quando em quando irrompem no seio das massas. Graças a essa política, o país está andando para trás, com sua moeda se desvalorizando em ritmo aceleradíssimo. O Brasil é conhecido como o país que mais deve ao exterior. E seu povo está frustrado pela fome, pelos assaltos e por tantos outros flagelos os quais não tem condições de evitar. Ninguém nega ser ela responsável pelo desemprego que atinge principalmente os mais necessitados; só aqui em São Paulo os desempregados somam mais de um milhão.

Os malabaristas do sistema já não osam tentar enganar com falsos otimismo,

Pedreiros derrubam pelego em Mossoró

Realizou-se no dia 23 de junho, na sede do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Mossoró, com a participação de mais de 100 pessoas, entre trabalhadores da construção civil, representantes de entidades etc., a posse da nova diretoria, eleito no dia 27 de maio, em segundo escrutínio, com 208 votos contra 112.

A chapa eleita, de oposição, encabeçada pelo sr. Manoel Costa de Andrade, defende o seguinte programa: 1) tornar o sindicato forte e independente, trabalhando para o bem-estar da categoria; 2) acabar com o desconto de 50% dos salários dos sócios que era retido a cada

rejuste semestral; 3) melhorar o setor jurídico para atender melhor as necessidades da categoria; 4) politização dos trabalhadores para fortalecimento da categoria e 5) assistência social.

Com a vitória da Chapa 2, acabou-se o reinado do sr. Antônio Josino de Almeida, conhecido por Postônio, que há 15 anos estava no Sindicato defendendo os interesses dos patrões, e cometendo as maiores arbitrariedades contra a categoria. Vale lembrar que o Postônio é o primeiro pelego da construção civil a cair no Nordeste. (grupo de apoio "Manoel Torquato" da TO e Mossoró, PB)

Cineclubes: instrumentos de luta pela arte democrática

Cineclube, ao contrário do que muita gente pensa, não é um clube de fanáticos por cinema. A atividade cineclubista, com poucas exceções, busca divulgar o cinema para públicos normalmente alijados do acesso aos bens culturais. Além de projetar filmes que permitam uma reflexão acerca da realidade, realiza debates, cursos, e tenta produzir suas próprias películas ou influir sobre as realizações dos diretores.

Berço de nomes importantes do cinema nacional, como Paulo Emílio Salles Gomes, João Batista de Andrade, Gláuber Rocha, os cineclubes foram sempre perseguidos pelos regimes de arbítrio, que jamais toleraram qualquer tipo de atividade popular.

Atualmente existem cerca de 300 cineclubes no Brasil, segundo Felipe Macedo, vice-presidente do Conselho Nacional de Cineclubes — entidade que além de congrega os cineclubes e suas federações, conta também com uma distribuidora nacional, Dinafilme, para suprir essas entidades com filmes a preços acessíveis.

Metade dos cineclubes brasileiros localiza-se em bairros populares dos grandes centros urbanos. Mas eles têm vida curta, pois sofrem mais intensamente a precariedade de recursos, uma vez que na maioria dos casos não recebem subvenções oficiais. A atividade cineclubista implica altos gastos, desde a manutenção do equipamento de projeção (uma lâmpada de projetor custa em média Cr\$ 65 mil), até o aluguel de filmes (em torno de Cr\$ 70 mil nas distribuidoras comerciais), além de exigir um espaço fixo de atuação.

O Cineclubes da Vila União, no bairro operário de Itaquera (periferia de São Paulo), por exemplo, mantém-se graças às contribuições de amigos. A falta de recursos, no entanto, não impede que seus diretores tenham uma atuação ininterrupta. Fundado em 1980 como uma atividade ligada ao Departamento Cultural da Sociedade Amigos da Vila União, o

cineclube leva aos moradores da região filmes de caráter político e social, que sejam do interesse da comunidade. Vez por outra, exibem um filme de caráter comercial, para captar mais recursos.

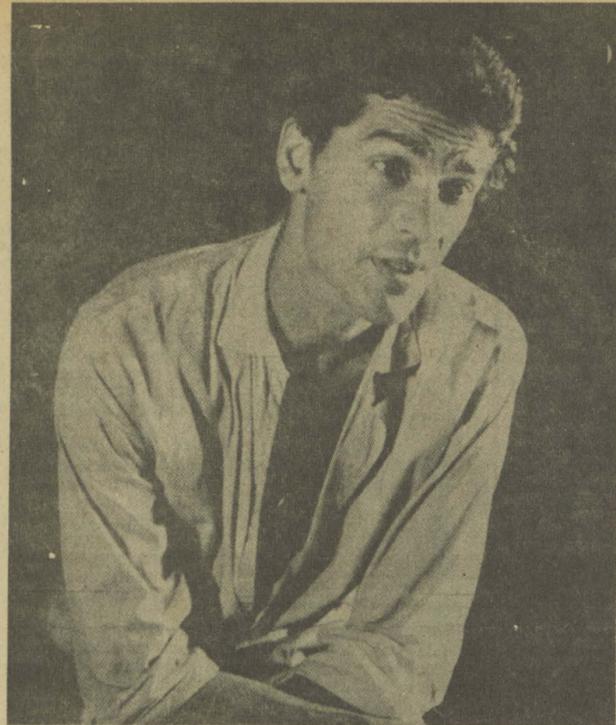
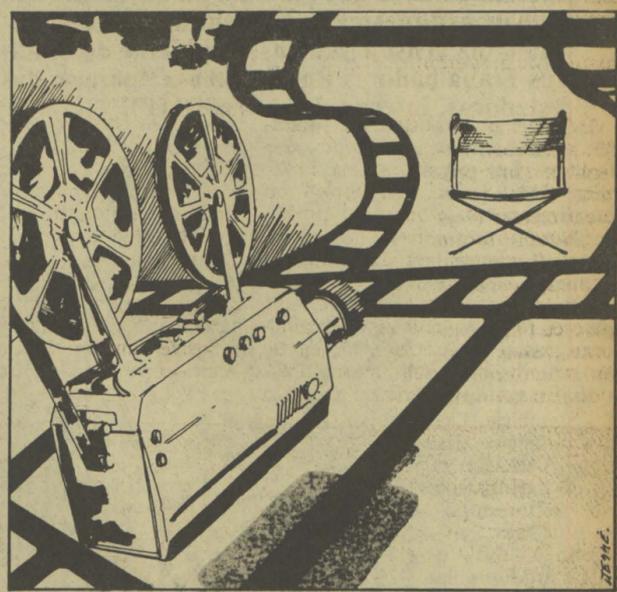
Afora a carência de finanças para se manter, os cineclubes têm ainda uma outra pedra no sapato: a dificuldade em conseguir filmes de interesse para o público com o qual trabalham. "Muita gente dá sugestões para a programação, mas poucos filmes estão disponíveis no mercado" — queixa-se João Luís de Brito Neto, do Cineclubes da Vila União. As distribuidoras de filmes, em geral, não renovam seus acervos, e alugam filmes em péssimas condições, que já ultrapassaram o limite máximo de projeções, decretando a morte dessa bitola. Além disso, vários cineastas retiraram as cópias em 16mm existentes na Embrafilme, temendo a cópia-pirata em vídeo.

A Dinafilme tem 263 títulos, dos quais 169 brasileiros, e supre os cineclubes na medida do possível. Mas sofre a ameaça constante da repressão que, através de vários mecanismos, ataca o seu acervo. Em 1977 e 1979, por exemplo, a Polícia Federal apreendeu 142 filmes, alegando irregularidade na entidade.

A Censura Federal também tenta causar estragos aos cineclubes. Policiais vigiam suas atividades, à cata de filmes que expressem as lutas do povo. Em Salvador foi apreendido pelo governo o filme "A volta do Máximo", de Zolintsev e Trauberg, numa sessão do Centro de Cultura Operária local. O filme, realizado em 1937, pertencia ao primeiro grande ciclo do cinema soviético.

Os cineclubes atuam também na produção de filmes. O Cineclubes da Vila União, por exemplo, está realizando um documentário sobre a mobilização popular em torno das "diretas-já", em fase de edição

O Conselho Nacional de Cineclubes estuda alternativas para a extinção do 16mm, como a utilização do videocassete e a expansão do 35mm. Ao mesmo tempo, busca estreitar laços com cineastas brasileiros para que estes encarem a Dinafilme como uma possibilidade de colocação de suas produções. (Yone Simidzu)



Vianinha: exemplo de dedicação à arte e à causa populares

Vianinha, patrimônio de nossa cultura

O cenário eram as ruas do Rio de Janeiro nos primeiros anos da década de 60. O drama, o de sempre: a vida do povo, o desemprego, a inflação etc. Mas o Brasil era outro. Tinha muito mais liberdade do que hoje. A UNE, por exemplo, era reconhecida, e tinha um importante centro de atividades culturais: o CPC (Centro Popular de Cultura).

Foi nesse ambiente que despontou um dos nossos maiores teatrólogos, Oduvaldo Vianna Filho, o Vianinha. Com apenas três meses de vida, em 1936, ele começou a carreira artística, participando do filme "Bonequinha de Seda", dirigido por seu pai. Em 1946, começou a escrever sua primeira peça, "Zé Galinha ganha no box, mas não leva no amor", a qual no entanto não passou do segundo capítulo. Em 1954, ganhou o prêmio Saci como melhor ator coadjuvante, à época em que atuava no teatro universitário em São Paulo. Em 1959, sua peça "Chapetuba Futebol Clube" foi considerada a melhor do ano, em São Paulo e no Rio.

Mas é em 1961 que começa a parte mais marcante e criativa de sua vida. Preocupado em fazer um teatro popular, que contribuisse com a luta do povo, Vianinha é influenciado pelo trabalho do alemão Bertolt Brecht. Suas peças passam a ser mais do que simples enfeite do cotidiano. Tornam-se uma aula, com uma mensagem a ser levada para o povo. Com Leo Hirzman e Carlos E. Martins, Vianinha cria o CPC

da UNE, que daria importante contribuição para a arte popular brasileira. Dessa experiência participaram Paulo Pontes, Ferreira Gullar, Gianfrancesco Guarnieri, Cacá Diegues, entre outros.

Escreve, nesse período, "A mais-valia vai acabar, seu Edgar", em que aborda o mecanismo da exploração capitalista, e o "Auto dos 99%", o CPC viaja por todo o país, promovendo debates, mostrando filmes, apresentando peças em cima de caminhões.

Em 1964-65, Vianinha funda o grupo Opinião e escreve "Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come" (com Ferreira Gullar) e "Moço em estado de sítio". A partir de 1968, com o recrudescimento da censura, suas peças passam a tratar mais dos problemas da classe média. Além do teatro, Vianinha escreve também para a televisão — "A grande Família".

Em 1974, viaja para os Estados Unidos, buscando, sem sucesso, cura para o câncer que o vitimava. Volta para o Brasil onde, mesmo no hospital, trabalhava sem cessar. Morreu no dia 16 de julho. Sua última peça foi "Rasga Coração". Deixou um exemplo de dedicação à arte e à causa populares. "Sempre procurei tornar extensivos os valores mais nobres criados pela humanidade à custa de séculos", dizia. Oduvaldo Vianna Filho é, sem dúvida alguma, um patrimônio de nossa cultura popular. (Gerson Marques — Rio de Janeiro)

XVIII JORNADA NACIONAL DE CINECLUBES

CURITIBA PR 22 a 27 de julho de 1984

Promoção Conselho Nacional de Cineclubes Dinafilme Cinemateca do Museu Guido Vianna Fundação Cultural de Curitiba



Centenas de cineclubistas estarão presentes em Curitiba na XVIII Jornada Nacional de Cineclubes, que se realizará entre os dias 21 e 27 de julho. Além de discutirem os problemas comuns, trocarem experiências, pautarem as diretrizes do movimento e elegerem a nova diretoria do Conselho Nacional de Cineclubes, os cineclubistas comemorarão também os dez anos da "Carta de Curitiba", documento firmado na VIII Jornada em defesa do cinema nacional.

Apoio dos metroviários

Os metroviários de São Paulo realizaram uma rifa para arrecadar finanças para a *Tribuna Operária*. E conseguiram um expressivo êxito: Cr\$ 792 mil à TO! A rifa correu no último dia 4 de julho.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniram Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36.7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLGBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439. Manaus (Distrito Industrial): Rua João Pessoa, 53 - Bairro de São Lázaro - fone: 237-6644. CEP 69000. BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100. Itabuna: Av. Juracy Magalhães, 180, Sala 204 - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Salvador: Rua Senador Costa Pinto, 845, Centro - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio - sala 312 - CEP 70302. CEARA - Fortaleza: Rua do Rosário, 210 - sala 206, Centro - CEP 30102. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 405 - 2º andar - CEP 79950.

Sebrat: Av. Dom José, 1236, sala 4 CEP 62100. ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 28300. Vitória: Rua Francisco Araújo, 77 (esquina com escadaria Cleto Nunes) Centro - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Rua 27, nº 69 - Centro - CEP 74000. Formosa: Rua Emílio Póvoa, sala 4 - CEP 77200. Anápolis: Rua Desembargador Jaime, 105, sala 204 - CEP 73100. MARANHÃO - São Luís: Rua da Saavedra, 99 - Centro - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224.7605 - CEP 30000. Juiz de Fora: Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 - CEP 36100. PARÁ - Belém: Rua Artísticos Lobo, 620 - Centro - CEP 66000.

PARAÍBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540 - 2º andar, sala 201 - Calçadão - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: Rua Marim Atonso, 370 - CEP 87000. Londrina: Rua Sergipe, 891 - salas 7 e 8 - CEP 86100. Cambé: Rua Guarapuava, 22 - CEP 86180. PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144/N, 1º andar - sala 4 - CEP 64000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5 - sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Sossego, 221, Boa Vista. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Rua FONSECA e Silva, 1098, sala 202 - Aterrim - CEP 59000. RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua General Câmara, 52, sala 29 - CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Dal Canale, 1891, 2º andar, fundos, CEP 95100. Pelotas: Rua Andrade Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 125, sala 20. Aberto depois das 18 horas e sábados das 9 às 12 horas. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua São José, 90, sala 2208 -

CEP 20000. Rio de Janeiro: Carvalho de Souza, 155, loja F. Madureira - CEP 20000. Niterói - Av. Amaral Peixoto, 370, sala 807 - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - 1º andar, sala 19 - Centro - CEP 22448 - sala 4 - CEP 26000. RORAIMA - Boa Vista: Rua Alferes Paulo Saldanha, 625 - Bairro São Francisco - CEP 69300. SÃO PAULO - Campinas: Rua Regente Feijó, 592 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180, 1º andar - CEP 17500. Osasco: Rua Tenente Avelar Pires de Azevedo, 25 - 2º andar, sala 12 - CEP 16000. Piracicaba: Rua XV de Novembro, 728, sala 3 - CEP 13400. Ribeirão Preto: Rua Sergipe, 119 - CEP 14100. Santos: Av. Dom Pedro II, 7 - CEP 11000. Santo André: Travessa Lourenço Rondinelli, 35 - Centro - CEP 09000. São Bernardo do Campo: Av. Jos. e Arthur da Frota Moreira, 61 - Foz de Iguaçu - CEP 09000. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - Centro - CEP 12200. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - Centro - CEP 12100. SERGIPE - Aracaju: Rua Arauá, 599 - CEP 49000. A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composta na Proposta Editorial, fone 263.7400. Imprensa: Cia. Editora Joffily, fone: 815.4999. São Paulo, SP.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura: Anual de apoio (52 edições) Cr\$ 40.000,00 Anual comum (52 edições) Cr\$ 20.000,00 Semestral de apoio (26 edições) Cr\$ 18.700,00 Semestral comum (26 edições) Cr\$ 9.350,00 Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70,00

Receba em casa a Tribuna Operária pagando apenas Cr\$ 360 por exemplar. Quando você faz uma assinatura trimestral ou anual da Tribuna, economiza mais de Cr\$ 40 por exemplar. Além disso, recebe seu jornal em casa toda semana. E ainda ajuda a imprensa operária, que depende do apoio dos trabalhadores para sobreviver e crescer. Preencha e envie hoje mesmo o cupomão lado.

Inferno para os trabalhadores

Crianças que manipulam tóxicos usados na guerra do Vietnã, multinacionais, gatos, grileiros e famílias expulsas da terra que plantam há um século são os personagens do drama de Correntina, oeste da Bahia. Como diz Wilson Martins, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ali é o "paraíso das reflorestadoras, inferno dos bóias-frias".

Os conflitos, gerados por um programa oficial de reflorestamento (veja o quadro), foram constatados no local por uma comitiva de deputados estaduais. Por proposta de Luiz Nova, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa baiana, eles foram investigar o uso de agrotóxicos pelas reflorestadoras. E de fato constataram inclusive o uso de produtos da classe toxicológica I, a mais perigosa, como o Folidol e o DDT-75, este utilizado como desfolhante pelo exército americano durante a guerra do Vietnã. Contudo puderam ver também os estragos causados pela grilagem e a exploração nas reflorestadoras.

Os deputados assistiram a uma passeata de 500 lavradores pela cidade, com faixas e músicas em defesa de suas posses ameaçadas. Na região predomina a criação de gado, nos gerais e fechos, áreas de pastagem natural usadas coletivamente por cerca de 3.500 posseiros.

Em três anos, 30 mortes, espancamentos, prisões e ranchos incendiados

A ação dos grileiros para tomar conta dessas terras é violenta: nos últimos três anos já produziu 30 mortes, além das ameaças, intimidações, espancamentos, prisões, derrubadas de cercas por tratores, roubo de arame, incêndio de ranchos e currais, matança de gado e métodos similares.

Os posseiros Gilberto de Oliveira e Balbino Pereira dos Santos, da localidade de Lençol, moram em terras que

passam de pai para filho há mais de cem anos. "Nós, sem essa área, não temos condições de criar" — argumenta Balbino, enquanto denuncia a Reflorestadora Brasil Verde, que derrubou 5.200 metros de cerca pertencentes a 17 posseiros.

Já na Fazenda Santa Clara, os posseiros contam que o grileiro José Gomes Medeiros, residente em Salvador, comprou 148 hectares de terra em 1973 e hoje diz que tem 2.500 hectares e "está pronto para morrer ou matar". No fecho de Vereda Grande, cem posseiros enfrentam o maior grileiro do município, Arnaldo Dias Paixão.

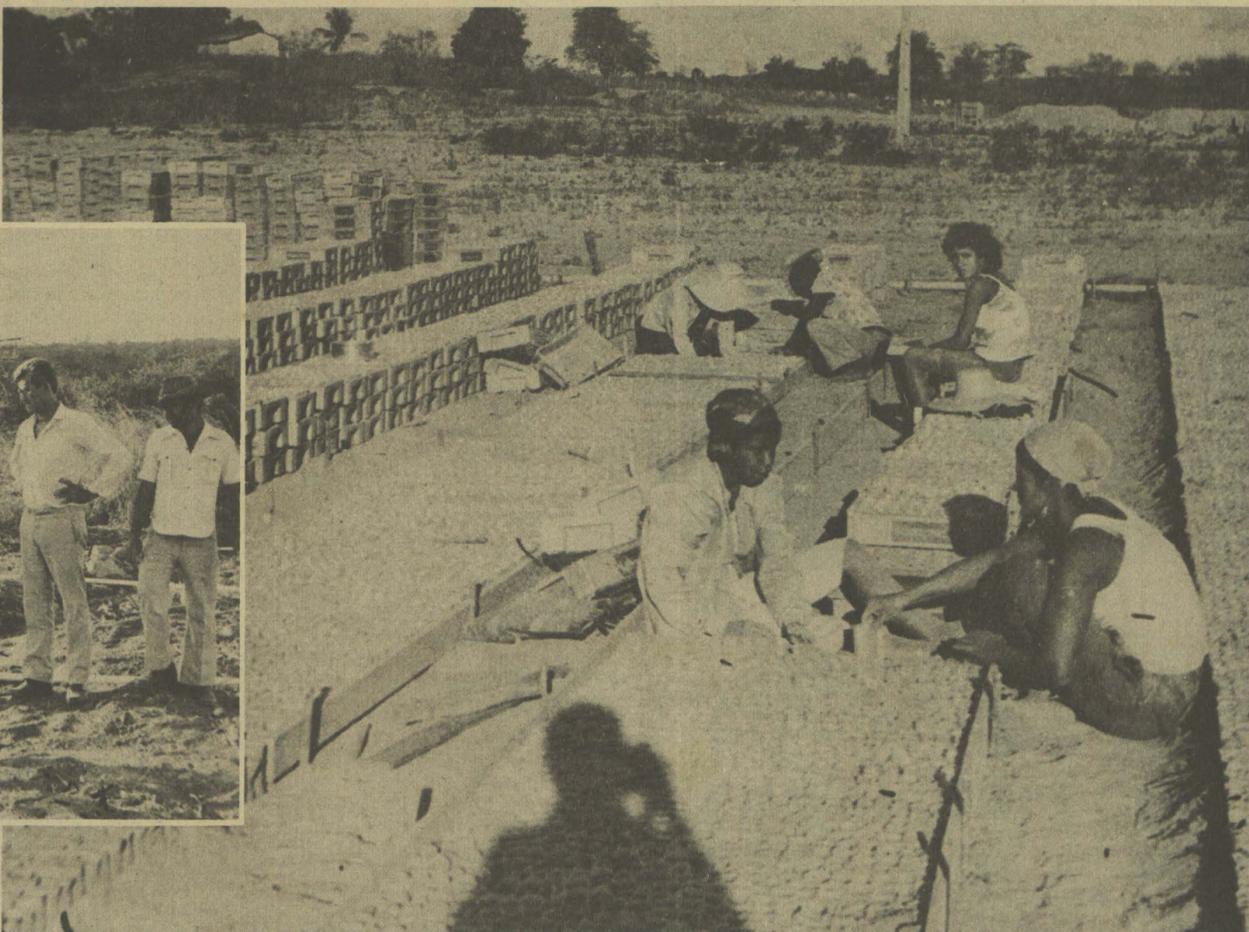
Igualmente difícil é a exploração dos assalariados, até de crianças, nas reflorestadoras Brasil Verde, Bandeirantes, Prestec, que os deputados verificaram pessoalmente, estarecidos.

De cócaras, poeira nas narinas, Dorlize Cardoso dos Santos, 16 anos, e

Sirley Neves, 14 anos, carregam caixa com saquinhos para colocar as sementes. Elas ganham Cr\$ 3.200,00 por dia. Não têm carteira assinada, nem qualquer tipos de assistência. Trabalham desde as 6 horas da manhã e Sirley, que estuda à noite, diz que o cansaço não a deixa aprender. A mãe de Sirley, Joaquina Neves, trabalha com a filha e também não tem carteira assinada. Ganha Cr\$ 97 mil por mês.

Edmundo Barbosa, 14 anos, já passou até 90 dias sem receber salário

Já na reflorestadora Prestec, apesar de o administrador negar, ficou comprovada a existência de oito gatos. Ali trabalham crianças entre seis e 16 anos, ganhando Cr\$ 1.500,00 por dia (os adultos ganham Cr\$ 2.000,00), sem carteira assinada, manuseando venenos, sem ter direito sequer a um copo de leite. Edmundo Barbosa dos Santos, 14 anos, é um que manuseia os tóxicos. Ele conta que almoça "Tonico e Tinoco" (arroz com feijão) e de manhã toma só "Fuscão Preto" (café puro). Assim como vários outros, já passou até 90 dias sem receber pagamento. (da sucursal)



Os deputados ouvem os reclamos dos lavradores; nas reflorestadoras, menores manuseiam veneno. Em três anos 30 mortes, fora derrubadas, roubos, incêndios Edmundo, 14 anos, trabalha com veneno por Cr\$ 1.500,00 por dia

Plantam pinho, colhem caju

Com uma área quase igual à de El Salvador e 42 mil habitantes, o município de Correntina era um lugar sossegado até os anos 80. Transformou-se num inferno depois do Programa de Reflorestamento do Oeste Baiano, que previa a ocupação de todos os seus 20,8 mil km², com exceção apenas da área da sede e de algumas glebas destinadas a projetos do Proálcool e Codevasf.

O plano dos governos estadual e federal oferecia financiamentos a fundo perdido ou com 20 anos de prazo e juros baixos. Diversas empresas correram para participar da mamata às custas do tesouro público, saindo vencedoras 92. Entre elas, a Floryl, Florestal Ipê, da multinacional Shell, Bamerindus Nordeste SA, Canadian Florestal do Brasil Ltda., Companhia Brasileira de Ferro, CBF, e a tristemente famosa Agropecuária Capemi Indústria e Comércio. Já em 1982 os recursos aplicados pelo governo no projeto subiram a Cr\$ 4,7 bilhões, dos quais naturalmente só uma par-

te foi aplicada no reflorestamento, pois é muito mais rendoso investir no mercado de capitais.

Quanto ao reflorestamento, está fracassando, após ocupar um terço do município. Empresas que em 1981 começaram a plantar pinho e eucalipto de origem sul-africana, agora tratam de mudar de ramo. A Reflorestadora Rio Formoso abandonou um viveiro de pinho há dois anos; desistiu e plantou caju. Na Prestec, com 5.800 hectares plantados de pinho, o encarregado da empresa informa que, depois de perderem toda a plantação de pinho, os proprietários também decidiram aderir ao caju. Disse ainda que, embora as normas do IBDF exijam 40% de reserva de mata em cada projeto, a Prestec desmatou toda a sua terra.

Os novos planos com o caju obedecem ao mesmo esquema do reflorestamento: o governo financia e conforme os generosos financiamentos as empresas mamam as verbas desse ou daquele projeto.

Leia e assine a Tribuna Operária

Fábrica fechada, operários à míngua



Vivacqua com os operários: ato desinteressado ou manobra de especulador?

História longa e mal contada

A Tecisa entrou em decadência nos últimos 20 anos devido à incompetência de sucessivas diretorias impostas pelos governadores biônicos do Espírito Santo — o governo do Estado detém 90% das ações da empresa. O governador Eurico Resende entregou a direção a um contrabandista procurado pela Polícia Federal, que faturou Cr\$ 30 milhões, na época, através de um notório "golpe do cheque", até hoje não devidamente esclarecido. Depois vieram os paulistas Antônio Al Makul e Paulo Roberto Seuglino, ligados a Paulo Maluf, presenteados pelo governo com Cr\$ 33 milhões para pagar em cinco anos, sem juros nem correção monetária e — o que é melhor — sem nenhum compromisso de manter a indústria em atividade.

Depois de fechada a fábrica, começaram as tentativas de decretar sua falência. Dona Marilda depõe: "A falência da Tecisa interessa a muitos grupos capitalistas de Cachoeiro. Um deles, representado pelo sr. Roberto Vivacqua, que já foi acionista minoritário da fábrica, emprestou Cr\$ 300 mil aos operários, para que assinassem um pedido de falência. Por trás do empréstimo desinteressado, o que ele quer é, depois de consumada a falência, mover uma ação popular contra o Estado por perdas e danos, dizendo contar com o apoio dos trabalhadores que nunca ajudou em nada.

Seus interesses são a especulação imobiliária, com a construção de um conjunto comercial e residencial no terreno da fábrica".

Há dois anos, os operários da Tecisa, em Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo, têm de viver de biscoitos. A fábrica fechou e eles não receberam um tostão dos salários em atraso e dos direitos trabalhistas. "Pensam que nada valem, não se importam com aqueles que durante anos enriqueceram os patrões" — diz dona Marilda, que trabalhou ali 33 anos.

A Fábrica de Tecidos de Cachoeiro do Itapemirim, fundada em 1912, chegou a ser a mais importante indústria têxtil do Estado, com perto de 500 operários. Depois do fechamento, os trabalhadores deram entrada num processo contra o governo estadual — sócio majoritário da empresa —, exi-

gindo o pagamento dos salários atrasados, 13^o e férias, não pagos desde 1981, FGTS e INPS, em atraso desde 1978. Tudo isso, mais outras dívidas da Tecisa, somam não menos de Cr\$ 10 bilhões. A fábrica, contudo, tem um valor considerável. Ocupando uma área de 14 mil metros quadrados, das mais caras da cidade, tem atraído inclusive o interesse de especuladores imobiliários.

UM PELEGO TEM A CHAVE

A questão se complica porque o Sindicato ao qual estão filiados os operários da Tecisa encontra-se em situação irregular, nas mãos do pelego Cláudio Dias da Silva, cujo mandato já expirou há muito tempo. Aliado ao presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria, José Argemiro

de Souza, Dias da Silva não esconde seu interesse na falência da empresa (veja o quadro ao lado).

Melancolicamente, a fábrica têxtil continua lacrada e com todas as chaves em poder de Cláudio Dias da Silva. Os operários relatam que ao longo desse período vêm ocorrendo furtos de peças valiosas do maquinário, até de quatro motores em perfeito estado. Por outro lado, vários caminhões de ferragens foram vendidos pelo presidente do Sindicato, a pretexto de pagar os custos do processo trabalhista.

Apesar desse abandono, a indústria encontra quem se interesse por sua reativação. Há dois meses, o grupo Lombardi, de Minas Gerais, fez uma proposta de reativar a linha de produção. Mas a consulta, encaminhada pelo prefeito Roberto Valadão, foi sabotada por Cláudio Dias da Silva e mais alguns, que a esconderam dos demais operários.

Para efetivar sua proposta, o grupo mineiro necessitava que fosse sustado um pedido de falência, sem qualquer prejuízo para o processo em que os operários reivindicam seus direitos. No dia em que a proposta do grupo mineiro foi levada ao conhecimento dos trabalhadores, numa assembléia geral, o presidente do Sindicato e o da Federação pressionaram contra. Entretanto, logo em seguida, o presidente da Federação — recentemente homenageado pelo Tribunal Superior do Trabalho por serviços prestados ao patronato — deu uma entrevista à TV Gazeta acusando os operários de intransigência por não aceitarem a proposta. Até hoje não se sabe a que interesses escusos serve José Argemiro, a quem os trabalhadores responsabilizam pela atual situação da empresa, e o grupo Lombardi se desinteressou pela Tecisa (da sucursal)



A Tecisa, que já foi a maior indústria capixaba, parada desde 1982



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois